

Ata Circunstanciada da 109ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 109ª
(CENTÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA CRÉDITO NA MEDIDA,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023.**

INÍCIO ÀS 15H07MIN

TÉRMINO ÀS 20H15MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – Declaro aberta a sessão ordinária de quinta-feira, 7 de dezembro de 2023, às 15 horas e 7 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 128/2023, dispenso o interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para se dar como lida e aprovada a redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 702/2023, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 4.292.000,00”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MAX MACIEL) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 27ª Sessão Extraordinária, de 28 de novembro de 2023;
- Ata Sucinta da 107ª Sessão Ordinária, de 5 de dezembro de 2023;
- Ata Sucinta da 28ª Sessão Extraordinária, de 5 de dezembro de 2023;
- Ata Sucinta da 108ª Sessão Ordinária, de 6 de dezembro de 2023.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.049/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, a sessão ordinária de hoje será transformada em comissão geral para a apresentação do Programa Crédito na Medida, realizado pelo grupo de trabalho da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e do Banco de Brasília.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

Declaro suspensa a presente comissão geral, convidando as senhoras e os senhores deputados, bem como todos que desejarem participar do debate, a virem ao plenário.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h11min, a comissão geral é reaberta às 16h39min.)

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Declaro reaberta a comissão geral.

Boa tarde a todos. Que Deus nos abençoe.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos da comissão geral para a apresentação do Programa Crédito na Medida, realizado pelo grupo de trabalho da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Banco de Brasília.

A realização desta comissão geral acontece em decorrência da aprovação do Requerimento nº 1.049/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte e de outros deputados, na sessão extraordinária do dia 5 de dezembro de 2023.

Informo que os deputados Max Maciel, Pastor Daniel de Castro, Gabriel Magno, Doutora Jane, Dayse Amarilio e Rogério Morro da Cruz estiveram presentes e estarão retornando ao plenário.

Convido a deputada Dayse Amarilio, que esteve em todas as reuniões, para compor a mesa. (Palmas.) Isso é bom, porque haverá uma enfermeira do meu lado. A deputada Dayse Amarilio é uma grande lutadora da área da saúde no Distrito Federal.

Convido a compor a mesa os seguintes convidados: o presidente do Banco de Brasília – BRB, Paulo Henrique Costa; o diretor-executivo de negócios digitais do BRB, Hugo Andreolly; o representante do secretário de Estado da Casa Civil do Distrito Federal, José Carlos Medeiros de Brito – que também esteve presente no dia em que lançamos o grupo de trabalho –; a presidente da Cabs – Caixa de Assistência e Benefícios aos Servidores do Governo do Distrito Federal, Elied Barbosa de Oliveira; o coordenador do Movimento em Defesa dos Laboratórios do Sistema Único de Saúde – MDL-SUS, Dataniel Duarte; o vice-presidente da Associação Brasileira de Apoio aos Servidores Endividados, Jorge Montanha – que também fez parte do nosso grupo de trabalho –; o representante do defensor público-geral do Distrito Federal e defensor público, Alexandre Ribeiro. (Palmas.)

Registro, também, a presença que muito nos honra do defensor público-geral, Celestino Chupel – muito grata pela presença do senhor –; e do chefe de gabinete do deputado Ricardo Vale, que também esteve presente em todas as reuniões – muito grata. O deputado Ricardo Vale é o vice-presidente da comissão. (Palmas.)

Eu quero fazer um breve histórico do que aconteceu para que fique registrado para todos os presentes. Também gostaria de fazer um acordo com os senhores.

A partir de uma audiência pública realizada no mês de outubro... Depois se puderem me resgatar exatamente o dia da audiência pública, eu agradeço. Nós tivemos uma audiência pública, que foi uma audiência que durou praticamente 4 horas.

Nós contamos com as presenças do senhor Dario, do doutor Leonardo, representantes do BRB. O senhor José Carlos Medeiros também estava presente. Também contamos com as presenças do defensor público e de todas as associações. Estavam presentes a Silene, a Elied. O deputado Daniel também esteve na audiência. Também contamos com a presença do Johnson, que está aqui hoje. Várias pessoas que estão presentes hoje, como o senhor Jabá, estavam presentes naquela audiência.

Eu quero registrar que o presidente Paulo Henrique não pôde vir naquele dia, mas, a partir do momento que ele conseguiu acompanhar, ele acompanhou inteiramente a reunião. Inclusive, conversamos durante a audiência e ele se colocou inteiramente à disposição. Isso é importante registrar. Nós estamos falando da presidência do Banco de Brasília, um banco extremamente importante para o Distrito Federal e extremamente importante para todos os servidores públicos.

A partir disso, nós decidimos juntos que iríamos fazer um grupo de trabalho com os parlamentares da Comissão de Fiscalização e Transparência. E aqui fica o meu registro à nossa querida deputada defensora da saúde do Distrito Federal, a deputada Dayse Amarilio. O deputado Gabriel Magno, o deputado Max Maciel e o deputado Ricardo Vale, todos estivemos presentes em todas as reuniões propostas pelo grupo de trabalho.

A partir daquele dia, o nosso grupo de trabalho teve reuniões na sede do BRB. Nessas reuniões foram desenhadas e colocadas as dificuldades e a voz de todos os servidores. Aqui nós vimos pessoas chorando, dizendo que recebiam zero de salário. Nós vimos pessoas que, muitas vezes, reclamavam do

atendimento que recebiam por parte do gerente. Nós vimos pessoas pedindo: “Por favor, olhem para nós”.

Eu também quero registrar que todas as vezes em que nós nos reunimos no BRB, quem nos atendeu e quem fez parte de todo esse grupo de trabalho foi o presidente Paulo Henrique. Neste momento, peço uma salva de palmas para ele. (Palmas.)

Ele fez questão de participar de todas as reuniões. Às vezes, as reuniões eram tensas – não é, Johnson? Onde está o Johnson? Eram tensas, mas o tempo todo nós procuramos construir algo. Nós fomos ao Procon para que pudéssemos entender se as demandas dos senhores estavam sendo atendidas pelo Procon. Fomos atendidos pelo doutor Marcelo. Nós estivemos também com o Ministério Público.

E o compromisso do resultado desse grupo de trabalho teria a sua resposta no dia 5...

Doutor Marcelo! O senhor está aqui! Eu acabei de falar do senhor. O senhor estava aqui quando eu falei? Muito grata pela presença do senhor. O doutor Marcelo, inclusive, sugeriu que fizéssemos um convênio com o próprio BRB, para que pudéssemos também ter uma célula de atendimento no Procon. Ele também se mostrou muito acessível.

O presidente Paulo Henrique nos trouxe algumas alternativas que estamos querendo construir aqui. Eu quero combinar com os senhores – desculpem-me, eu estou com dor de cabeça, minha pressão estava alta, mas vou concentrar-me aqui.

Semana passada tivemos a apresentação do programa, onde havia parlamentares, representantes de algumas instituições – a Elied e a Silene estavam presentes – e saímos de lá muito felizes com o que foi apresentado. Essa é a realidade. O deputado Roosevelt também estava lá.

O presidente Paulo Henrique me falou: “Paula, a data seria dia 5, mas o programa entrará antes do dia combinado”. Foi no dia 4. Ele só entrou no dia 4 porque a nossa agenda não pôde ser antecipada, senão o programa já estaria pronto.

Quero deixar registradas essas faixas colocadas aqui. Eu gostaria de combinar com vocês que o presidente nos apresentará o programa, tudo que nos foi apresentado lá. Trouxe já aqui para o presidente algumas situações de dificuldade que algumas pessoas estão tendo, diferente do que é apresentado no programa, mas nós vamos escutá-lo com toda educação e respeito. Depois da apresentação do programa, se houver algum questionamento, a mesa poderá fazê-lo. E, a partir de hoje, lançado o programa, concluída a primeira etapa do grupo de trabalho, o grupo será responsável pela fiscalização do que está sendo proposto aqui, não é, deputada Dayse Amarilio? V.Exa. pode falar, não precisa pedir autorização, estamos conduzindo esta sessão juntas.

Eu quero acreditar e quero dar o meu voto de confiança de que acontecerá nas agências o que está sendo apresentado aqui. Esse é o nosso objetivo aqui.

Registro a presença da Silene, que esteve presente em todas as nossas reuniões.

Passo a palavra ao senhor, presidente, fique à vontade. Estamos à sua disposição. Pode ser que no decorrer da apresentação eu faça alguns questionamentos para que nós possamos deixar claro o que foi organizado por esse grupo de trabalho. Estamos aqui para construir.

Antes, passarei a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Boa tarde a todos.

Peço licença para falar antes do presidente Paulo Henrique para poder dizer do meu respeito e da minha admiração pela minha presidente da Comissão de Fiscalização, deputada Paula Belmonte.

Nós sabemos que este tema não é fácil, não é simples, é complexo. Há muito tempo os servidores já sangravam com esse problema. Eu sou servidora pública, inclusive eu já estive nessa situação.

Quero dizer que eu tenho muito orgulho, deputada Paula Belmonte, de fazer parte da Comissão de Fiscalização, porque é uma comissão que tem trabalhado muito. Eu queria fazer esse registro e dizer que a senhora foi uma guerreira – e tem sido – e que tenho muito orgulho desta comissão, que vai entregar, inclusive, na próxima semana, o Observatório de Transparência.

Então, em seu nome, em nome do Marcelo, e no de toda a comissão, quero honrar a quem merece honra. É importante falar da condução de V.Exa. e que foi um prazer lutar ao seu lado.

Agradeço aqui a todas as associações, às pessoas e ao próprio BRB, que sempre esteve muito

disposto nessa construção.

Estou muito feliz, e nós, com certeza, vamos trabalhar muito ainda na Comissão de Fiscalização, não só nesse tema, mas em outros também.

Eu, como enfermeira, queria que ela suspendesse a sessão, porque ela teve um pico de pressão alta, mas ela é uma guerreira. Somos parecidas, não é? Porque para estar aqui tem que ser forte.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu que agradeço.

Eu quero registrar aqui a presença do senhor Fernando Distretti, superintendente de produtos de relacionamento com o cliente do BRB; e do senhor Luiz Djalma, gerente da área de produtos de crédito, também do setor pessoa jurídica do Banco de Brasília – BRB.

Concedo a palavra ao senhor Paulo Henrique Costa.

PAULO HENRIQUE COSTA – Boa tarde, deputada Paula Belmonte, deputada Dayse Amarilio, é um prazer voltar a esta casa, a casa do povo, que defende tantos interesses da sociedade. Em nome das senhoras eu também cumprimento os deputados Gabriel Magno, Max Maciel e Ricardo Vale, que participaram ativamente de todas as construções, cujos resultados nós trazemos agora.

É importante também mencionar o deputado Roosevelt, autor da lei que trouxe toda essa discussão de volta; bem como mencionar o presidente desta casa, deputado Wellington Luiz, que em todos os momentos trabalhou na construção, na articulação, na cobrança, para que, junto com a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, presidida pela senhora, a construção dessa solução andasse.

Na nossa visão, o que nós trazemos aqui, hoje, é o resultado de um trabalho intenso, sério, relevante, em que nós procuramos construir soluções que efetivamente mudassem a vida das pessoas. Nós sabemos o quanto o superendividamento impacta na dignidade, impacta na condução do dia a dia, na vida social, na vida financeira de cada uma das pessoas e das famílias envolvidas.

Eu também acho que é importante aqui mencionar o trabalho incansável dos representantes dos superendividados: a Elied, o Jorge Montanha, a Silene, que investiram muitas e muitas horas na construção desse programa; foram muitas vezes a voz, ou as vozes, da realidade, trazendo as especificidades de cada uma das categorias, cada uma das realidades, cada uma das situações, para que nós pudéssemos, a partir dessas informações, construir um programa que realmente fizesse a diferença.

Também quero destacar a atuação do time do BRB. Já foram mencionados aqui o Fernando Distretti, o Luiz Djalma, o Bruno; o Diogo, diretor de varejo, responsável por toda a rede do BRB; o nosso diretor, Bruno Rangel; o Leocádio – o Leo Bijos – que também atuou na coordenação junto à presidência do BRB e o Hugo, diretor de produtos e clientes.

Vejam que houve um conjunto de pessoas do banco genuinamente interessadas em construir uma solução e que se dedicaram por muitas e muitas horas construindo o programa, treinando toda a rede e criando as condições para que nós pudéssemos estar aqui. É também importante registrar o papel da Defensoria Pública. O doutor Sintra acompanhou cada uma das reuniões muito de perto, com uma postura sempre muito ativa, muito crítica e muito questionadora – para nós é esse o papel da Defensoria Pública. E, como foi mencionado aqui, o doutor Marcelo, presidente do Procon do Distrito Federal.

Ao término desse trabalho, chegamos à conclusão de que construímos um programa realmente novo, um programa que traz uma atenção especial à situação do superendividamento em pelo menos 2 ângulos. Um ângulo em que construímos novas regras de negócio para evitar o surgimento de superendividados e outro ângulo que permite um olhar da situação dos superendividados atuais. Procuramos, por meio da revisão de produtos, por meio do alongamento de prazo, por meio de oferta de condições especiais, por meio de um acolhimento e de um atendimento diferenciado, atender a todos.

Ao Medeiros, o nosso reconhecimento também pelo papel da Casa Civil durante todo esse processo.

Eu vou passar a palavra ao diretor Hugo, que vai fazer a apresentação de cada um dos detalhes do programa e, ao final, estaremos todos à disposição para responder as perguntas e as considerações dos senhores e senhoras presentes e daqueles que nos acompanham pela internet.

Por favor, Hugo.

HUGO ANDREOLLY – Boa tarde a todos, a todas, à deputada Paula Belmonte, à deputada Dayse Amarilio e aos demais membros da mesa. Como foi dito pelo presidente, fizemos um trabalho dentro do grupo e procuramos entender e atender as requisições que foram feitas.

Neste momento, vou passar algumas informações aos senhores.

(Apresentação de *slides* simultânea à fala do orador.)

HUGO ANDREOLLY – Primeiramente, o nome do programa: Crédito na Medida. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Doutor Marcelo, convido o senhor a sentar-se à mesa conosco, se possível. Obrigada.

HUGO ANDREOLLY – A partir de 2019, o BRB intensificou suas ações voltadas para a saúde financeira das famílias do DF, em especial dos servidores do GDF. O que trazemos aqui? De lá para cá, foram realizados 3 programas: um em 2019, outro em 2022, outro em 2023. No decorrer desses programas, foram atendidos mais de 25 mil clientes e nós renegociamos algo em torno de 1,1 bilhão de reais. A cada programa nós melhoramos algumas condições e ampliamos a questão do atendimento.

Há um dado importante. O endividamento é um problema nacional. Em agosto de 2023, o endividamento das famílias em relação à renda atingiu o patamar de 47,99% – esses dados são do Banco Central. Quando nós olhamos para o cenário de antes da pandemia, naturalmente vemos que o percentual era menor, 39,29%. Depois nós tivemos o problema da pandemia, que atingiu toda a população mundial, e isso também interfere um pouco na composição de renda e no endividamento das famílias.

De forma geral – e aqui nós trazemos alguns dados estatísticos sobre o programa –, quando olhamos a renda cadastrada dos clientes no cadastro do banco, identificamos 28.455 servidores que se enquadrariam numa condição de endividamento superior a 40% da sua margem: 57% mulheres, 43% homens; 93% seriam os ativos.

Também trazemos a separação por órgão. O órgão que tem mais servidores é a Secretaria de Educação, com 17%, seguida de Secretaria de Saúde, PMDF, Iprev, CBM – o Corpo de Bombeiros –, Polícia Civil e demais órgãos.

Quando olhamos por faixa de renda, vemos que há uma concentração maior de clientes e servidores com endividamento superior a 40% na faixa de 3 mil a 20 mil reais de renda.

Por faixa etária, a maior concentração está entre os 45 e 75 anos.

Por estado, naturalmente ela está no DF. Há outros servidores que moram ou têm o seu cadastro em outros estados, mas 93% estão no Distrito Federal.

Alguns têm portabilidade para outros bancos: 1.039.

Por faixa de comprometimento – esse dado para nós é interessante –, dos 28 mil, 13.619 estão entre 40% e 50% de comprometimento; seguidos de 25%, entre 50% e 60%; e o restante – aproximadamente algo em torno de 7 ou 8 mil clientes –, com um endividamento superior a 70% do seu comprometimento.

O ponto importante é que esses dados nós pegamos com base na renda cadastrada no banco. Eu vou lhes explicar por que isso é relevante na execução do programa na sequência.

Diante desses dados e com base nas reuniões e no que nós ouvimos, e também levando em consideração um pouco do que aconteceu nos outros programas, nós lançamos o Crédito na Medida. Atendemos nesse programa os 28 mil elegíveis – foi o que nós mostramos no *slide* anterior –, mas também abrimos espaço para atender os 3 mil clientes que fizeram parte do programa anterior. Durante as reuniões, foi sinalizada a importância da possibilidade de trazermos de novo os clientes e servidores que participaram do programa anterior, porque havia o interesse de conversar com o gerente, entender as condições e enquadrar esses clientes. Nós abrimos essa possibilidade. Então, além dos 28 mil, os 3 mil que participaram do programa anterior também estão habilitados para participar desse programa.

O que nós temos de novidade? Os gerentes foram capacitados – como já foi comentado pelo presidente – e o atendimento é humanizado. O último que nós fizemos foi um pouco mais digital. Nesse nós trazemos o atendimento humanizado, mesmo que por meio virtual. O cliente pode escolher

ser atendido pelo *chat* do BRB, por videochamada e também de forma presencial, na sua agência de relacionamento ou na agência especializada de consultoria financeira, que fica na W3.

Os prazos foram alongados para até 240 vezes, e nós trazemos um programa de educação financeira que agora atende toda a família e não apenas o servidor. Mostraremos isso na sequência.

De forma geral, estamos buscando o atendimento integral à Lei nº 7.239. Todos os servidores que aderiram ao programa serão enquadrados nos 40% da renda bruta. O BRB vai manter as menores taxas – esse é um ponto importante – e as melhores condições, conforme análise individual de cada cliente. Eu vou explicar um pouco isso na sequência.

Como eu já comentei, os 3 mil servidores que participaram do programa anterior podem participar desse programa. Os servidores enquadrados no programa não receberão mais oferta de crédito. Essa foi uma solicitação. Então, os *pushs* e as ofertas de crédito não chegarão mais para quem está enquadrado no programa.

Conforme pedido da Elied na última reunião, se não me engano, para renegociarmos ou vermos o que poderíamos fazer com relação aos honorários de sucumbência, conseguimos reduzi-los de 20% para 5%.

Além disso, temos novos passos. Os limites de crédito de todos os servidores serão ajustados para 40% da renda bruta. O que estamos falando é que esse programa muda a perspectiva de geração de limite, evitando que novos clientes que não estão enquadrados ou que não são considerados superendividados cheguem a esse patamar. Então, reduzimos o limite também para os novos clientes, e não disponibilizaremos crédito além do permitido ou enquadrado na lei.

Temos melhores taxas, prazos alongados, atendimento presencial por videochamada, como eu já disse. Temos horário estendido para os atendimentos digitais e também por agendamento, das 8 horas às 20 horas.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Hugo, eu posso pedir uma gentileza para você? Como é a apresentação do programa, eu e algumas pessoas que estão aqui já o vimos, mas eu gostaria que você lesse o que significam prazos alongados para que as pessoas entendam isso.

HUGO ANDREOLLY – Ok, deputada, perfeito. Então, eu vou voltar ao começo.

Menores taxas. Como eu já disse, o BRB vai manter a melhor taxa vigente. Eu vou explicar, na sequência, como é feita essa conta em taxas exclusivas inferiores às praticadas nos programas anteriores. Vamos mostrar qual era a taxa praticada na última versão do programa e qual é a taxa que estamos trazendo para essa versão.

Com relação aos prazos alongados, há prazos de até 144 meses no consignado e de até 240 meses nas renegociações, com carência de até 59 dias. Há a personalização dos prazos para pagamentos, permitindo melhor enquadramento à renda, com possibilidade de carência. Então, fazemos algumas adequações de prazo aqui também. A renegociação é um exemplo que trazemos, mas o consignado também chega a 144 meses.

Atendimento presencial ou por videochamada. Nessa versão do programa, o cliente pode optar pelo atendimento presencial ou pela comodidade do atendimento remoto. É quase como uma telemedicina, em que, da mesma forma, você é atendido depois de marcar previamente com o médico. Assim como têm que ser enviados os exames de forma antecedente e prévia, aqui se enviam o contracheque e a declaração do imposto de renda para que o gerente os analise de forma prévia e marque o agendamento conforme a comodidade do cliente. Assim, o gerente vai ao atendimento já conhecendo a situação daquele cliente. Com isso, nós economizamos tempo dos 2 lados e permitimos que mais pessoas sejam atendidas no programa.

Horário estendido das 8 horas às 20 horas. O horário estendido para o atendimento digital é das 8 horas às 20 horas; para o presencial, é das 9 horas às 18 horas.

O que quero dizer com digital? Para os clientes que optarem pelo atendimento via *chat* pelo *mobile* do BRB – a maioria está optando por isso, e trarei alguns números ao final –, do outro lado não haverá um *bot* nem uma oferta eletrônica, mas um gerente, uma pessoa, um ser humano que vai analisar o caso e dar respostas. Essa é uma melhoria que trazemos que nos permite atendermos em horário estendido, dentro da comodidade de cada um.

Educação financeira. O curso é 100% *on-line*, e estamos também disponibilizando um *e-book* completo. Diferentemente dos últimos programas, em que, para terem acesso a uma taxa diferenciada, o cliente ou o servidor precisavam fazer o curso, nesse não colocamos isso como

condição – em que pese entendermos a importância da educação financeira. Mas é importante que façam o curso, porque ali trazemos algumas orientações relevantes para a organização das finanças no dia a dia.

Bom, e aí vem a parte que todo mundo queria ver ou, pelo menos durante o grupo de trabalho, foi uma parte que todo mundo perguntou bastante. Como está funcionando, então, essa questão de taxa? Nós trazemos primeiro as taxas que são praticadas hoje pelo BRB nas suas agências. O cliente servidor que chegar até uma agência do BRB consegue contratar crédito consignado a 1,55, com o seguro prestamista, e o parcelado a 3,89. Essa é a taxa que praticamos no nosso balcão.

Quando trazemos para o programa, a versão anterior era de 1,65. Então, no programa anterior tínhamos uma taxa de 1,65. Durante as discussões do grupo de trabalho sugerimos uma taxa de 1,49, e depois refizemos alguns cálculos e chegamos a uma taxa de 1,45, quando falamos do consignado. Há um detalhe importante, essa taxa com seguro prestamista. Sem o seguro prestamista a taxa era de 1,93, e agora passa a ser de 1,80, e está alinhado com o que tem acontecido. Houve uma mudança no Ciap e também na previdência e a taxa máxima, agora, o teto, é 1,80, então, nós alinhamos essa taxa também com esses movimentos recentes.

Quando falamos de crédito pessoal, no programa anterior era de 2,99. Durante as discussões do trabalho do grupo, chegamos a 2,89, refizemos algumas contas, conseguimos chegar a uma taxa de 2,75, com o prestamista. Sem o prestamista, que foi outro pedido também da opção de fazer a contratação sem ele, chegamos a uma taxa de... Era de 4,99, nós baixamos para 3,25. Carência de até 59 dias em todos os produtos podendo chegar a 240 meses. A renegociação anterior era de 1,65, durante a discussão do grupo de trabalho, de 1,49, e fechamos com 1,45. A nova taxa do programa sem seguro é de 1,80. Todos esses casos com carência de até 59 dias e prazo de até 240 meses para pagar.

Trazemos uma observação importante: em caso de inibição do débito, serão aplicadas as taxas de tabela. O que queremos dizer com isso? Nós estamos fazendo a negociação, enquadrando a situação do servidor, trazendo o servidor para um patamar de 40%. Claro que sempre procuramos, primeiro, o BRB Serv, porque é no contracheque, é a melhor taxa, o que der diferença vai na conta, mas dentro dos 40%, na soma total. É uma negociação que o banco faz. Se inibe o débito, na sequência, nós acabamos de ter uma eventual quebra de acordo, por isso são aplicadas as taxas de tabela. Então, a condição é para quem aderiu, houve uma negociação e nós conseguimos enquadrar esse servidor, nós o trouxemos para uma condição normal dentro do que prevê a lei, e aí nós seguimos. Essas são as condições de taxa.

Como funciona o atendimento? Esse é um ponto importante para entendermos. Então, chegamos às taxas, o programa é na medida, e na prática? Como isso funciona? O cliente se inscreve no programa. Por onde? Nós divulgamos no Instagram, eu acho que os próprios... Talvez a Silene e a Elied estão divulgando os *links*. Nós pedimos que acessem o *link*, dentro do *link* há um formulário, nesse formulário você escolhe a data, o horário, encaminha o seu contracheque e o seu imposto de renda. É um ambiente disponibilizado pelo banco, é um ambiente seguro. Nós recebemos isso e fazemos o agendamento do seu atendimento. De novo: pode ser presencial, pode ser via videochamada e pode ser por *chat*, sempre com o gerente atendendo.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Hugo, eu vou aproveitar, porque uma das situações que as pessoas nos relataram é que não estão conseguindo agendar. Então a pessoa fica insegura com isso. Essa questão de atendimento, se não conseguiu agendar dentro do programa, ela pode se direcionar à agência, ela pode se direcionar à 509 Sul? Como está sendo feito isso? Ou o primeiro filtro tem que ser por essa forma?

HUGO ANDREOLLY – Boa pergunta, deputada. O primeiro filtro é por ali. O que temos percebido? No começo tivemos um *boom* de agendamentos, estamos no terceiro dia de execução do programa e nós já temos, eu vou mostrar ali na frente, 2.535 pessoas inscritas, se não me engano.

Eu digo boa pergunta porque, vejam, nos 3 primeiros dias do programa, o que nós já percebemos? Uma média de atendimento de 80 pessoas a 82 pessoas por dia – de cadastramentos por dia. Quando chegamos a esse cadastramento e fazemos a triagem, várias pessoas – e eu estava até trocando uma ideia com a Elied antes, é uma orientação mesmo – precisam enviar o contracheque e o imposto de renda, porque são informações fundamentais para que o gerente faça a análise e ofereça a melhor condição. Alguns clientes não estão fazendo isso.

Eu vou mostrar um gráfico no final e vocês vão perceber que estamos em uma média, apesar de 82 pessoas se inscreverem, de atendimento de 45 pessoas... 54 pessoas. Por quê? Esses clientes

estão enviando a documentação completa.

Qual é o problema disso na prática? Alguém que se inscreve e não envia a documentação completa ocupa aquele horário. Quando vamos avaliar o caso e liberamos aquele horário, às vezes, já está tarde para outra pessoa ser agendada. Então, é importante essa ordem e esse cuidado na documentação. Na ânsia do atendimento – e entendemos essa urgência também, como já foi comentado no programa –, a pessoa acaba ocupando um horário que poderia ser ocupado por alguém que enviou a documentação completa. Ter esse cuidado no envio da documentação completa nos ajuda muito a organizar essa fila.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Quero fazer mais uma pergunta em relação a isso para saber se o banco pode trazer uma alternativa.

Eu, por exemplo, com a minha idade, eu não sou muito boa com o digital. Eu sou analógica, vamos dizer assim. Eu não sou muito apta digitalmente, nada disso.

A pessoa, às vezes, tem dificuldade de escanear um documento e enviá-lo – que seria eu, no caso. Como a pessoa pode passar por essa etapa, sem ter que fazer isso digitalmente? Ela pode fazer o agendamento, levando esses documentos direto à agência?

HUGO ANDREOLLY – Ela vai poder fazer o agendamento, levando a documento direto à agência, mas o tempo de atendimento vai ser um pouco maior, porque o gerente vai receber aquilo e fazer análise na hora. Isso vai demorar um pouco mais.

É uma possibilidade, sim, mas pedimos que, preferencialmente, seja organizada uma fila, senão o que vai acontecer? Vai começar a haver agências lotadas, filas e reclamação de: “Eu fui, mas esperei demais na agência”. A ordem principal é essa, mas há, sim, alternativas, para conseguirmos estruturar esse fluxo melhor.

PAULO HENRIQUE COSTA – Eu acho que uma coisa importante a destacar também é que algumas pessoas começaram a falar que está sendo agendado muito para frente.

Nos primeiros dias do programa, houve uma demanda grande. Já temos quase 10% da base de clientes do público-alvo no programa. Nesses primeiros dias, havia basicamente 2 locais fazendo atendimento, ou seja, 10 gerentes na agência da 509 Sul e 10 gerentes no atendimento virtual, no atendimento à distância. Como treinamos pelo menos um gerente de cada agência, essa turma, esse time agora vai entrar em campo. Então, vamos reabrir o agendamento, antecipando essas datas, ou seja, estamos aumentando, aproximadamente, o número de 20 pessoas fazendo atendimento para 140 pessoas. Isso vai trazer uma capacidade de atendimento e uma velocidade bem maiores.

HUGO ANDREOLLY – Perfeito, presidente.

PAULO HENRIQUE COSTA – É um esclarecimento e, ao mesmo tempo, uma orientação. Quem agendou muito para frente, a partir de segunda-feira, vá lá e tente antecipar essa data.

HUGO ANDREOLLY – Vão abrir novas agendas para atendimento, como o presidente comentou, nas agências. Expandimos o número de 20 pessoas atendendo, como já foi comentado, para 140, então se abrem novas agendas a partir disso no presencial, na agência, mas também de forma organizada e pré-agendada.

A pessoa fez o agendamento; recebemos as documentações; o gerente faz a análise; o atendimento é concretizado; o cliente compreende as condições e decide pela adesão ou não da proposta – porque ele pode não topa aquela proposta e até aí também tudo bem –; o gerente inclui a proposta ou realiza o cancelamento do débito na conta, se for esse o interesse do cliente – se o cliente disser: “Não quero o programa, quero cancelar o débito”, o BRB vai cumprir o que está determinado –; o gerente registra o atendimento no CLI, que é a nossa plataforma de clientes, em que ficam registrados o dia, a hora, a documentação que foi apresentada e o motivo da recusa no Crédito na Medida. Se o cliente aceitar, ele assina a proposta, o banco formaliza e, no final, depois que a situação foi resolvida, encaminhamos uma mensagem ao celular do cliente no aplicativo do BRB perguntando a nota que ele dá para aquele atendimento.

Esse é um ponto importante, porque, nas discussões do grupo, a Elied e a Silene também trouxeram questões de atendimento, da qualidade, da forma e, para nós, é muito importante entender como isso está acontecendo e ouvir o cliente ao final do ciclo. Então, no final de cada ciclo, perguntamos, avalia-se de 1 a 10 e conseguimos saber também a nota de cada gerente.

Acompanhamento e suporte. Nós entendemos que é um processo contínuo e, por isso, a cada 30 dias, o gerente vai ter uma agenda para ligar para esse cliente, saber se está tudo bem, como está

aquela condição dele. Além disso, a cada 15 dias, o cliente vai receber mensagens com dicas e orientações financeiras; não é mais uma mensagem de oferta de crédito. A partir daí, uma mensagem orientando um consumo dos recursos que ele tem, uma orientação financeira direcionada para cada cliente.

Essa aqui é a tela, para termos uma ideia. Se você entrar no formulário, essa é a tela a que você terá acesso. Você escolhe a data, o tipo de atendimento, a agência de consultoria, videochamada, *chat* do BRB ou minha agência, escolhe o arquivo, submete o imposto de renda e o contracheque. Seu atendimento está pré-agendado. Passa por uma triagem. Se houver algum problema, você recebe um *e-mail* informando qual o documento você precisa corrigir ou qual informação que não foi suficiente. Se estiver tudo *ok*, 48 horas antes você receberá a confirmação do seu atendimento. Está confirmado, será com o gerente *a*, *b* ou *c* e a unidade onde você vai ser atendido – se for presencial – ou o *link* para você fazer sua videochamada. Nesse mesmo agendamento, nós enviaremos o *link* do curso de educação financeira para aqueles que tiverem interesse.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Você traz um ponto importante. Eu também recebi muito nas redes sociais a sugestão de que o banco deveria oferecer essa educação financeira. Você vai trazer esse ponto depois? Então, *ok*.

HUGO ANDREOLLY – Aqui é um outro ponto. A deputada Paula Belmonte e os demais parlamentares cobraram muito uma orientação clara para todos os nossos gerentes. O que nós fizemos, então? Em vez de haver uma cartilha em PDF que tinha que ser impressa, pensando até de forma sustentável, nós digitalizamos a cartilha. Então, o gerente tem acesso a todas informações e orientações na intranet do BRB, com *link* para os formulários que são necessários, o que facilita e agiliza o atendimento. Trazemos de forma clara – aparece ali sublinhado – que todo cliente tem direito a um atendimento objetivo, direto, claro e que trate a sua situação com foco na resolução. Toda documentação solicitada deve ser fornecida ao cliente o mais rápido possível.

Havia uma reclamação sobre contratos. Endereçamos isso também e vamos atender todas. Essa é a orientação ao gerente.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Hugo, desculpa eu estar interrompendo, é porque eu estou pegando pontos em que é constante a reclamação. Eu vi que, no dia da reunião, o presidente até pediu que esses contratos fossem imediatos. Vocês ficaram de providenciar isso. É uma reclamação. Eu não tive essa reclamação agora, mas era uma reclamação constante antes de vocês lançarem esse programa. Diziam que as pessoas não tinham acesso aos contratos. Foi até uma demanda do presidente para que isso fosse automático. Vocês conseguiram fazer isso automaticamente agora?

HUGO ANDREOLLY – O que nós fizemos, deputada? É uma demanda de sistema. Ela está aberta. Uma parte dos contratos já são digitais – aqueles contratos que o servidor contrata na máquina ou no internet *banking*. Sobre esses, nós já estamos trabalhando para trazer no próprio aplicativo. Você vai conseguir clicar e ver o contrato na íntegra. Os que não são assim, são os contratos mais antigos, precisamos digitaliza-los.

De toda sorte, as cláusulas do contrato já estão disponibilizadas na internet, mas as informações e condições do contrato também estão sendo trazidas para o aplicativo. Se eu quiser saber qual foi a taxa, qual é o CET da operação, o número de parcelas, estamos trazendo isso para o aplicativo. As cláusulas dos contratos estão na internet, mas estamos trabalhando para trazer para os contratos digitais a opção de o cliente clicar e ver o contrato na íntegra. Isso leva um tempo, é uma demanda de tecnologia, mas o que existe de forma paliativa? As solicitações serão todas atendidas, essa é a orientação. No próprio internet *banking*, nós vamos colocar as informações do contrato. Para isso, pedimos um pouco mais de tempo. Nós abrimos as demandas, estamos só fechando o cronograma, por isso, ainda não consigo passar uma data. Mas a ideia é trazer essa transparência, essa clareza e essa opção facilitada para todos os clientes.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – *Ok*. Vamos ver se, até o final da reunião, você consegue falar assim: “Eu posso dizer que, até o final do ano, isso estará *on-line*” e fazer um compromisso em relação a isso, para que possamos deixar amarrado. Seria importante, porque essa é uma reclamação muito forte. As vezes, nem o defensor Antônio Cintra tinha acesso aos contratos. Então, se pudéssemos deixar isso organizado... Já vi que o senhor recebeu uma piscadinha, sinalizando que dá!

HUGO ANDREOLLY – Isso. Eu pisquei querendo dizer assim: “Consigam a data com a

tecnologia, por favor, pessoal”. (Risos.) Nós veremos essa data. Até o final, tentaremos dar um prazo.

Outro ponto importante é o seguinte: toda solicitação de cancelamento de débito na conta de depósito ou na conta-salário deve ser acatada e implementada nos termos da Resolução nº 4.790 do Banco Central. Havia uma reclamação no sentido de que alguns clientes estavam solicitando isso, e o banco não estava atendendo. Nós orientamos todos os gerentes. Eu vou mostrar, no final, para vocês entenderem. Eu vou passar um videozinho, no final, para vocês entenderem qual foi a dimensão dessa orientação. Nós orientamos todos os gerentes.

Quanto ao que aconteceu no passado, vou pedir um pouco de paciência, porque, infelizmente, nós não conseguimos voltar ao passado e resolver. Então, se tiver havido alguma solicitação que não tenha sido acatada lá atrás, algo que tenha acontecido, eu não consigo voltar àquela data. O que eu consigo falar é que, a partir de agora, todos estão orientados. Caso isso não ocorra, nós vamos dar o caminho referente ao que vocês devem fazer para que o banco tenha esse controle.

Outro ponto: toda solicitação de redução de comprometimento de renda aos 40% estabelecidos na lei deve ser implementada, utilizando-se os parâmetros negociais e as taxas, e a portabilidade de crédito é um direito de todo servidor. Essa é uma regra do sistema financeiro. Nós mostramos, na própria regra do programa, que 1.039 servidores dos 28 mil até já têm portabilidade para os outros bancos. O BRB vem cumprindo essa agenda.

Enfim, nós disponibilizamos, para o gerente, um simulador para facilitar esse acesso. Quando o cliente chega e já mandou a documentação, o gerente tem um simulador para atender cada vez mais rápido, essa é a parte interna do banco.

Nós entendemos que a questão de educação financeira envolve toda a família, como eu comentei. Então, nós disponibilizamos também um *app* para os filhos, os netos, os sobrinhos. É um *app* de educação financeira para que, desde pequenos, eles aprendam a economizar. O que percebemos, muitas vezes, é que o pai está na correria, a mãe está correndo atrás do sustento da família, e o filho deixa a torneira aberta, a luz acesa. Enquanto uns colocam, outros acabam... E não é por mal que isso acontece. Tenho 3 filhos, sei como é que funciona isso. Mas entendemos que é importante educar desde criança, porque, se todo mundo ajuda, e dentro de casa também, isso facilita. Então, trazemos um *app* para ajudar. Trazemos também um *e-book* de educação financeira e 12 módulos de educação financeira, por meio do *link* enviado no momento do agendamento.

Eu não vou passar – claro – o vídeo todo, mas só para se ter ideia, vejam:

(Apresentação de vídeo.)

HUGO ANDREOLLY – Esse é o primeiro de uma série de 12 vídeos. São 12 vídeos curtos, não são longos. É mais rápido do que assistir a uma série na Netflix, podem acreditar. Nós procuramos trazer pílulas de conhecimento, informações que de fato ajudam no dia a dia. Soluções para as dificuldades que vocês podem ter na gestão financeira nós trazemos em pílulas, pequenos vídeos que vão ajudá-los. A minha recomendação, claro, é que assistam e, se houver *feedback*, nos passem, porque esse trabalho foi construído – como o presidente falou – com muito esforço, muita dedicação. Procuramos buscar soluções para as principais reclamações para trazer esses vídeos curtos de forma a atender a essas principais reclamações. Pode haver mais vídeos, pode haver ajuste.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Só para enfatizar porque isso é fundamental para que possamos fechar a torneira dos superendividados, certo? O acesso a esses programas de educação financeira está dentro daquele *app* que vocês estão colocando ou dentro do *site* do BRB? Fale novamente o caminho para registrarmos isso. Quem terá acesso a essa educação financeira, só as pessoas que aderirem ou qualquer servidor pode ter acesso a esse programa?

HUGO ANDREOLLY – Em um primeiro momento, estamos disponibilizando para quem está aderindo ao programa. Estamos vendo a questão da plataforma para também não haver um volume grande de acessos e ela cair. Tudo estamos enviando dentro do *link* do agendamento, mas nós já estamos trabalhando para colocar isso no *site* do BRB, independentemente de ser correntista nosso ou não, vamos disponibilizar esse *link* para todos. Verei se eu consigo dar um prazo até o final deste ano, se até o dia 31 de dezembro conseguimos disponibilizar no *site* do banco e, independentemente de ser correntista ou não do banco, pode-se ter acesso a esse conteúdo. Em um primeiro momento, dentro do agendamento; em um segundo momento, disponibilizaremos para todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Não, mas aí você deu o prazo ali, a piscadinha foi porque você pode descumprir o prazo do contrato, não foi?

HUGO ANDREOLLY – Eles não devolveram a ficha.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Deixa eu só entender aqui. É para eu entender certinho. Pode? Até o final do ano?

HUGO ANDREOLLY – Este aqui, não dos contratos, certo?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Dos contratos, consegue?

HUGO ANDREOLLY – Está chegando, o prazo do contrato está chegando, deputada, é que estamos vendo isso com a área de tecnologia.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Está ótimo.

HUGO ANDREOLLY – De forma geral, tirar dúvidas sobre o programa: *chat*, SAC, agência de consultoria ou agência de relacionamento. Solicitar informações: todos os canais também. Solicitar cópia do contrato: qualquer um dos canais.

Solicitar inibição do débito: existe uma questão da própria Resolução nº 4.790/2020, que pede uma documentação assinada. O banco é obrigado a guardar isso por 5 anos – de acordo com a própria resolução – e a demonstrar para o Banco Central. Então, isso tem que ser presencial ainda. Por isso que não está no *chat*, mas no SAC conseguimos gravar. Agência de consultoria é presencial e agência de relacionamento também.

Negociar dívidas: no *chat*, o SAC não é o canal para isso, na agência de consultoria e agência de relacionamento.

Registrar reclamação sobre o atendimento – esse é o ponto –: é no SAC. É aqui que se fala: “Hugo, houve um atendimento, o gerente não me reportou de forma adequada, eu pedi o contrato, o contrato não foi disponibilizado”. Precisamos ter o registro disso para saber se é uma ação pontual de uma agência, se é uma ação específica de um gerente, se está acontecendo de forma generalizada. O registro para nós, na condição de instituição financeira, é o registro no SAC, é o número de protocolo. Ele fica guardado e permite que façamos gestão sobre esse processo. Então, esse é o ponto do qual eu queria falar sobre os contratos. Se não for atendido, por favor, registre no SAC, com o número de protocolo, assim conseguimos medir e, medindo, conseguimos gerir.

Continuando, é uma plataforma completa de treinamentos, existe informação para dentro da agência, informação para os servidores, vamos disponibilizar esses vídeos, como eu falei, até o final do ano. Está no Instagram, nos próprios grupos, a Elied, a Silene e os demais estão compartilhando nas suas redes.

Aqui é um exemplo de publicidade que já fizemos sobre o programa. Até agora há 2.585 inscritos. A maioria, 41%, pedindo para ser atendida pelo *chat*; 41,5%, pela agência de consultoria; videochamada, 472 agendamentos; por órgão, Secretaria de Educação, a Secretaria de Saúde, PM, Iprev, Bombeiros, Polícia Civil e outros, não categorizamos ainda.

Nos 3 primeiros dias ali, como eu falei, constam 52 no primeiro dia, 54, 54. Só que o que está vindo de cadastramento são 80, 78, 82, porque nós ainda não abrimos para as agências. Ali cada gerente tem uma janela de atendimento. O importante – de novo, eu sei que estou reforçando, mas é importante mesmo para nós organizarmos a fila – é a documentação correta. Vejam: ali está 52, 54, mas aquele número foi 82 na entrada. Quando nós fizemos a triagem, de 30% a 40% nós devolvemos porque a documentação não estava completa. Foram agendas que nós ocupamos e acabamos nem atendendo. De fato, os 54 foram o que nós atendemos.

O valor ainda está pequeno, meio milhão de reais negociados até agora, por quê? Porque há um tempo da proposta, há a questão do cartão que nós também trazemos e renegociamos nessa rodada com o cancelamento do cartão. Alguém comentou que renegociava a dívida e o cartão ficava para trás. O cartão não fica para trás nessa rodada.

Então, nós precisamos de um pouco mais de tempo para poder enquadrar e resolver a vida dos servidores.

Senhores, é isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Hugo, a deputada Dayse Amarilio quer falar, porque me parece que há uma quantidade de servidores da saúde que já aderiu ao plano.

HUGO ANDREOLLY – Da saúde 327 servidores fizeram o agendamento até o momento.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Hugo, eu quero agradecer. Eu estava falando para a deputada Paula Belmonte que infelizmente tenho um compromisso às 18 horas e vi que eu já vou chegar atrasada por causa do engarrafamento, mas eu acompanharei por meio da minha assessoria, que vai

estar aqui.

Eu queria não só agradecer, mas me colocar à disposição como servidora com 23 anos de serviço público. Infelizmente, acho que a saúde é a segunda categoria que mais está dentro desse número, há muitos colegas nessa situação. Coloco-me à disposição, coloco o gabinete 18 à disposição. O presidente Paulo, antes mesmo de compormos a mesa, já esteve comigo e já me pediu algumas informações que chegaram ao gabinete em relação a dúvidas – que já estamos sanando na sua apresentação.

Então, só quero agradecer e colocar à disposição não só a Comissão de Fiscalização, mas também o gabinete 18, principalmente a todos os servidores. Ao pessoal da saúde dedico a minha consideração, o meu respeito. Nós não vamos deixar vocês, vamos até o fim.

Eu acho que isso é uma construção, deputada Paula Belmonte, nós vamos aprimorando, vamos melhorando. Nós já temos uma boa notícia, presidente: nós vamos até aumentar, as pessoas que fizeram esse agendamento já vão passar para frente. Eu estava falando para o presidente que as pessoas querem ter um Natal com um pouco mais de paz, com saúde mental. Os servidores estão trabalhando em uma condição muito precária, com um déficit muito grande e isso faz com que as pessoas adoçam. Fora a questão financeira há essa questão também do dia a dia desses servidores. Infelizmente nós perdemos muitos colegas, inclusive por ações de autoextermínio, o que é muito triste. Então, acho que isso aqui é um legado que nós deixamos.

Em nome da Silene, que é servidora da saúde, eu quero agradecer e também mandar um abraço para o pessoal da saúde, mas, lógico, todos os servidores podem contar com o nosso mandato. Já agradeço e peço desculpas à mesa por eu ter que sair agora, mas eu deixo a assessoria à disposição.

Obrigada. Obrigada, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Obrigada, você. Uma grande guerreira. Grata, deputada.

HUGO ANDREOLLY – Deputada, ainda há dois *slides* para concluir.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Pode falar.

HUGO ANDREOLLY – Pode concluir?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Pode.

HUGO ANDREOLLY – Se puder botar de volta ali... É um ponto importante com relação à taxa.

PAULO HENRIQUE COSTA – Hugo, eu acho que vale a pena nós passarmos pela simulação, porque há muitas perguntas para nós em relação à taxa e quais produtos estão incluídos. Vale a pena detalhar isso.

HUGO ANDREOLLY – Vamos passar. É justamente isso. Nós deixamos para depois do fim, porque é uma parte um pouco mais técnica.

Então, são 2 pontos que eu queria elencar aqui. O primeiro, nós, desde segunda, na semana passada, fizemos um treinamento com os nossos gerentes, porque havia algumas questões de taxa.

Vou trazer um pouquinho de como foi o treinamento, porque, às vezes, falamos que houve, o ideal não é mostrar o que fizemos, porque entendemos que vocês acreditam na palavra do banco – pela seriedade com que trabalhamos –, mas é para mostrar o tamanho desse evento e como ele aconteceu.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Hugo, antes de você trazer essa questão da taxa – que é fundamental –, e quais os programas, eu não vi, na sua apresentação, essa questão do treinamento. Se isso passou, foi na hora em que eu estava conversando com o presidente.

No dia em que isso foi apresentado, foi dito que os gerentes todos iam ser treinados e identificados com bóton. Você trouxe o bóton? Ah, eu quero um bóton desse, porque eu estou identificada aqui. Quem não estiver sendo atendido, pode falar aqui, porque o presidente se comprometeu a atender essas pessoas, a trazer esse crédito na medida. As pessoas vão estar identificadas com esse bóton – não sei se conseguem focar aqui?

Os gerentes vão estar capacitados e identificados com esse bóton Crédito na Medida, e também a agência da 509 Sul estará à disposição para o atendimento exclusivo aos superendividados. Isso é fundamental.

Eu gostaria que você falasse sobre isso, porque eu que estou falando, mas o compromisso é de vocês aqui.

HUGO ANDREOLLY – Obrigado, deputada pelo gancho e pela oportunidade de falar sobre isso também.

Se puder voltar à apresentação, vou mostrar um pouquinho como foi o treinamento. Ele aconteceu na sexta-feira. Queríamos começar com tudo essa semana, e vou só passar para vocês aqui um pouquinho do que aconteceu ali.

(Apresentação de vídeo.)

HUGO ANDREOLLY – Bom, isso foi um pouco do treinamento dos 144 gerentes treinados. Hoje, estão distribuindo um bôton para cada um. Na segunda-feira, os gerentes começam a trabalhar nas agências. O gerente que chega à agência com o bôton que a deputada apresentou para vocês é aquele que foi capacitado e que vai atender vocês.

Eu quis trazer um pouco da fala do gerente porque é o ânimo da turma do lado de lá. Vamos atender com qualidade, fazer a diferença e atingir o ponto certo do atendimento. Estamos fazendo a nossa parte.

Outro ponto relevante que o presidente comentou é a simulação. Então, trazemos alguns exemplos. Chegaram a nós também perguntas e questões. Teremos, hoje, depois de sairmos daqui, uma *live* com as agências. O presidente encabeçará essa conversa com os nossos gerentes, reforçando o acontecimento de hoje e estes assuntos.

Vamos trazer a prática. Por exemplo, um cliente tem uma renda de R\$8.700,00 e comprometimento de R\$5.000,00, que representam 61,25% do seu salário, acima dos 40%. O que vai ser feito com esse cliente? Vamos trazê-lo para a linha dos 40 ou até um pouco abaixo, o que liberaria uma renda de R\$1.849,00, por mês. Estamos falando de 22 mil reais por ano, só de renda liberada, depois que renegociarmos.

Quais são os pontos importantes? Neste caso específico, a taxa média ponderada do cliente é 2,07. Nós o levaríamos para a taxa de 1,45. O cliente tem taxas ponderadas maiores, Selic mais alta e taxa média de consignado de 1,69. Levamos esse cliente para 1,45.

Também foi solicitação do grupo de trabalho que trouxéssemos a possibilidade...

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Essa simulação é importante para, primeiro, sabermos o que vai entrar no crédito. Estamos falando do consignado, do parcelado, do cartão de crédito, da antecipação salarial e do cheque especial.

Uma das reclamações é que há gerentes separando toda a dívida do cartão de crédito. Temos que entender que está tudo junto. Não é isso, Hugo?

HUGO ANDREOLLY – Está tudo junto. Nós renegociamos tudo. O que acontece depois que renegociamos o cartão? Cancela-se o cartão de crédito. Oferece-se o cartão de débito. Não há cartão de crédito porque acabamos de enquadrar a situação. O cartão está numa situação diferenciada de limite. Então, ele é cancelado na sequência.

Até comentei o caso da Josi, que tinha sinalizado que, anteriormente, acabava ficando o cartão, e a pessoa voltava à situação de endividamento. Agora, não. Resolve-se a situação, cancela-se o cartão de crédito, e a pessoa fica só com o cartão de débito, porque estamos enquadrando a situação.

Esse é o caso em que levamos o cliente de uma taxa maior para uma taxa menor.

Tenho outro exemplo. Neste caso, a média era 2,62, e levamos para 1,45. Cada gerente vai trabalhar de uma forma. O gerente vai identificar e entender a situação de cada cliente. Há situações em que nem vamos precisar chegar ao limite máximo do produto. Dependendo da situação, não preciso chegar a um Serv de 144 vezes ou a uma renegociação de 240 meses. Olhando cada caso, podemos, em menos parcelas, enquadrar a situação nos 40% e já resolver a vida do cliente. O atendimento humanizado e com o gerente é importante para haver esse tipo de análise.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – A pessoa tem a opção de ter ou não o contrato do seguro prestamista? O senhor pode nos explicar isso?

HUGO ANDREOLLY – Perfeito. Trazemos, em todas as simulações, o exemplo da taxa com o seguro prestamista: 1,45. Nesse caso, o BRB Serv ficaria com a parcela de 2.256. Se fazemos isso sem o prestamista, a taxa é de 1,80. Como não há o seguro, o risco para o banco é maior, e há a taxa. O mercado já trabalha dessa forma. Nesse caso, o cliente terá a parcela de 2.285 e 0,7. A mesma coisa

vale para a renegociação.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então, com o seguro prestamista, o juro é 1,45?

HUGO ANDREOLLY – Sim, 1,45.

ALEXANDRE RIBEIRO – Vocês já têm a parcela do seguro prestamista ou não?

HUGO ANDREOLLY – Já está embutida.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Já está embutida?

HUGO ANDREOLLY – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Pelo menos é o que havíamos entendido.

A outra pergunta que nos fizeram – mandei todas essas perguntas que recebi ao presidente Paulo Henrique – foi a seguinte: preciso contratar o seguro prestamista que o banco me oferece ou posso contratar outra seguradora que me traz esse seguro?

HUGO ANDREOLLY – Para essa condição, trazemos com o seguro prestamista do banco. É a condição em que trazemos uma taxa diferenciada, com o seguro prestamista do próprio BRB. Essa outra condição, se for outro seguro prestamista, de outra instituição, realmente eu teria que avaliar dentro da casa a possibilidade sistêmica de fazer isso. Só que, nesse caso, seria uma taxa de 1,80, porque o risco e o controle desse risco não estariam conosco. Então, há a questão da taxa. Com a taxa... E, aí, é importante, porque surgem algumas frases...

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então, vamos deixar claro, para vocês não se comprometerem com o que não vão poder cumprir. Esse seguro prestamista que está incluso nessa parcela de 1,45 é contratando-se o seguro prestamista do BRB?

HUGO ANDREOLLY – Sim. Sem o seguro prestamista do BRB, é 1,80. Para nós, é como se aquela operação... De fato, para nós, não vai haver o seguro prestamista atrelado. Você vai ter o seguro prestamista de um...

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – E o que combinamos também é que não podemos aceitar nenhuma venda casada; no caso, a taxa diferenciada com o seguro prestamista. Ontem recebi um depoimento em que o gerente do banco falou: "Para que eu consiga fazer isso, você tem que fazer o seguro da sua casa." "Mas a minha casa já tem seguro." "Então, você tem que fazer seguro de outra casa, você tem que comprar isso e aquilo". Se acontecer isso – está aqui o presidente do Procon –, nós iremos denunciar, *ok*?

HUGO ANDREOLLY – *Ok*. Não atrelamos outros produtos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Não é isso o que o banco está orientando.

PAULO HENRIQUE COSTA – Não foi esse o combinado. Essa não é a prática estimulada. Na verdade, ela é vedada no dia a dia. Inclusive, essas 2 agências que habilitamos e que estão responsáveis pelo programa não têm nem meta desse produto.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Isso é ótimo.

PAULO HENRIQUE COSTA – Essas 2 que estão atendendo até agora não têm nem meta desse tipo de produto.

HUGO ANDREOLLY – Exatamente. Só estamos falando do prestamista, pessoal. Não há outros seguros envolvidos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então, posso pedir às pessoas que tiverem dúvidas ou algum entendimento diferente disso que está sendo combinado que se direcionem à 509?

PAULO HENRIQUE COSTA – Não, deputada, senão vamos perder o controle da qualidade do atendimento lá. O que vamos fazer? Vamos pegar um número específico, abrir um 0800, o *call center*, para fazer esse atendimento e divulgaremos esse número até segunda-feira.

HUGO ANDREOLLY – Trazemos mais um exemplo de uma pergunta que nos fizeram: "Hugo, estamos chegando e tenho uma taxa média menor que 1,45. Qual vai prevalecer?" A menor.

"Hugo, aconteceu um caso ou outro." Começamos o programa na segunda, fizemos treinamentos, vamos conversar com a rede de novo. Pedimos um pouco de paciência se acontecer, mas isso não vai mais acontecer. Aconteceu um caso pontual e isolado, SAC. É a orientação que

damos.

Este é um caso real. Só não falamos o nome do cliente por questão de sigilo, mas é uma situação real: 1,30 de taxa média nos produtos. Ele chegou para renegociar. Vamos renegociar a 1,30; não vamos renegociar a 1,45. É a melhor taxa, é a taxa média ponderada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então, o que está sendo falado é o seguinte – este foi até um ponto sobre o qual eu conversei com o presidente e até achei muito bonito da parte dele... Ele falou o seguinte: “Olha, está sujeito a um gerente não ter entendido”. E a pessoa está falando a verdade no que está denunciando ou reclamando. Se a pessoa tem uma taxa de 0,79 e quer renegociar toda a dívida, vai continuar 0,79. Ninguém vai aumentar os juros, não é isso?

HUGO ANDREOLLY – Isso. A taxa média é isso.

PAULO HENRIQUE COSTA – Então, vão terminar se beneficiando daquela condição especial que tinham, de uma Selic mais baixa. Mas acho que uma coisa importante, deputada, que precisamos também trazer aqui, é que criamos uma célula de verificação dos contratos que foram fechados.

Então, além do atendimento do gerente, no dia a dia, nós vamos revisar cada um dos contratos, para garantir que as condições estabelecidas no programa estão sendo cumpridas. Espero que isso tenha ficado claro, ou seja, vai ter gente fora do programa, de outra área do banco, revisando o que foi feito, para garantir que as condições estão sendo cumpridas.

HUGO ANDREOLLY – Nós traríamos mais um exemplo aqui, mas, de forma geral, era o que tínhamos.

PAULO HENRIQUE COSTA – Eu acho que, Hugo, em relação aos seus pontos, é importante mencionarmos algumas coisas, ou seja, houve um esforço conjunto do Legislativo, do Executivo e do BRB. Nós estamos garantindo as melhores condições quando oferecemos entre uma melhor taxa e o 1,45. Ou seja, a taxa do programa é até 1,45. É a melhor entre a menor e 1,45. É, de fato, um novo programa, com novas características. Como falamos, o cliente escolhe se quer prestamista, se não quer prestamista. Com atendimento digital, com todo mundo treinado, como foi mostrado aqui no vídeo de treinamento.

Então, de fato, esperamos que consigamos resolver a situação. Como foi dito pelo Hugo e pela própria deputada, estamos na primeira semana. Faz apenas 3 dias que o programa foi lançado. Pode haver alguma falta de entendimento no dia a dia ainda. Usem o SAC do banco. Nós fizemos um treinamento. Nós faríamos uma videoconferência agora, nesse momento. Então, remarcamos para amanhã, de novo, para garantir que está todo mundo na mesma página, que está todo mundo entendendo quais são as características do programa.

Obrigado, deputada, pelo espaço e pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Uma outra pergunta que nós temos, que é importante também esclarecer, é a seguinte: a pessoa que já pagou o seguro prestamista daquele outro contrato, na hora da renegociação, como fica o débito disso?

HUGO ANDREOLLY – Na renegociação, no programa anterior, nós usávamos o valor do prestamista proporcional, devolvíamos e abatíamos na parcela. Desta vez, o cliente escolhe. Quer abater? Nós abatemos e fazemos uma amortização do saldo devedor. Não quer? Fica disponível na conta. O novo seguro, a nova contratação segue o novo seguro prestamista.

Então, a diferença é proporcional. Na versão anterior do programa, era utilizada para amortizar essa dívida. Fica à escolha do cliente. Quero amortizar? Nós amortizamos. “Não quero amortizar, preciso do recurso agora.” Ele, então, vai ser devolvido à conta em até 10 dias, a contar da data da renegociação.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Isso é fruto do grupo de trabalho também.

Uma outra coisa que eu gostaria de falar também, que foi fruto, inclusive, das associações, para a qual chamamos a atenção, é que, muitas vezes, existe o desconto de 40% em uma situação que não é periódica. Por exemplo, as horas extras... Nós temos o trabalho voluntário das pessoas e chamamos a atenção, por quê? Porque, às vezes, o servidor... Nós temos vários servidores, principalmente da saúde e da segurança pública, que realizam o serviço voluntário, mas há meses em que o serviço voluntário não é realizado e há o comprometimento do banco.

Eu espero que vocês me deem uma boa notícia. Eu só estou fazendo perguntas, jogando a bola para que vocês a coloquem aqui.

HUGO ANDREOLLY – Esse ponto é importante. A Elied e a Silene estiveram com o nosso time técnico, o Daniel ajudou a coordenar essa etapa, com uma agenda complementar à do programa. Nós recebemos uma lista de verbas eventuais, já a colocamos na intranet, no *hotsite*, orientando aos gerentes que elas não compõem uma renda fixa recorrente.

Como já foi dito, hora extra não é recorrente. Verbas eventuais, nós tratamos como eventuais; verbas recorrentes, nós tratamos como recorrentes. Novamente: “Hugo, aconteceu um caso.” Recorram ao SAC, para que tenhamos controle, tenhamos o número e possamos fazer gestão em cima disso.

PAULO HENRIQUE COSTA – Hugo, eu acho que aqui, também, com a célula de conformidade e verificação, garantimos esse tipo de coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Há mais alguma coisa?

HUGO ANDREOLLY – Encerramos aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – A apresentação está aqui.

Passarei rapidamente a palavra aos membros da mesa que desejarem fazer algum questionamento.

Já conversamos com relação ao seguro prestamista ir direto para a conta, se a pessoa quiser, para ela ter a liberdade de poder abatê-lo em sua dívida ou colocá-lo em sua conta. Esse é um ponto. Que a taxa de 1,45 seja daí para menos. Se as pessoas tiverem uma taxa menor, ela prevalecerá. Com relação aos produtos – qual é a página que fala sobre cartão, crédito pessoal? –, todos têm que estar juntos, foi feito o compromisso de que eles não podem estar separados. Que o imposto de renda não desconte 40% quando houver o acréscimo de hora extra voluntária. Esse valor não pode refletir sobre a pessoa. Não poderá haver venda casada. Deverá haver a identificação de um gerente. A 509 também está à disposição para atendimento.

HUGO ANDREOLLY – No momento do agendamento no *site*, sempre é gerado um protocolo. Isso é importante para que nós possamos acompanhá-lo. Se houver algum problema, passem-nos esse número.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Todos os produtos estão juntos?

HUGO ANDREOLLY – Todos estão juntos.

Por favor, volte a apresentação.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Todos os produtos estão juntos. Eles não podem ser negociados separadamente.

Outra questão importante é que há 2 leis. Eu sempre peço ao presidente que obedeçamos à Lei nº 7.239 e à Resolução nº 4.790 do Bacen. Por que isso é importante? Quais os direitos garantidos por elas? Há uma lei aprovada por esta casa legislativa dizendo que não poderá ser descontado mais de 40% e há uma resolução do Banco Central dizendo que o débito automático deverá ser cancelado quando as pessoas não o quiserem. Também é importante deixar claro que essa negociação está vinculada ao débito automático.

HUGO ANDREOLLY – Sim, cancelado o débito automático, voltará para as taxas de tabela.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Isso é algo razoável. Essa é a negociação do banco. Não há nenhum problema nisso. Fez-se a negociação em débito automático. Porém, se a pessoa cancelar a negociação, retirando do débito automático, também será revertida a situação.

Outro questionamento: “Ah, eu já fiz várias renegociações. A minha última renegociação de crédito, que era o crédito consciente, concedido recentemente, eu posso renegociar?” Pode. Não é isso?

HUGO ANDREOLLY – Os 3 mil servidores que participaram da última rodada do programa podem participar desta rodada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eles podem participar do programa. (Pausa.)

Eu vejo que é um programa, não é? Nós não conversamos sobre isso, mas a minha expectativa é que seja um programa do BRB e que ele possa ser aprimorado.

PAULO HENRIQUE COSTA – Há 2 questões, Silene. A primeira é que, nesse programa, nessas condições que nós estabelecemos, não foi estabelecido um prazo ainda, porque nós precisamos ver o

tempo que vamos levar para atender aquelas 28 mil pessoas.

Depois que o programa for encerrado, a observância dos 40%, da revisão de toda política de crédito, vai permanecer para sempre, para que não corramos o risco de gerar novos superendividados.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu vou repetir para que fique registrado: a Silene está perguntando se, caso a Selic diminua, por exemplo, essa taxa de revisão diminuirá. Mas ela pode aumentar também! Há 50% de chance de diminuir, 50% de chance de aumentar. Eu vejo que, se as pessoas puderem fazer a renegociação, é melhor. Vamos aproveitar essa taxa.

O Marcelo Herbert, da nossa comissão, fez uma pesquisa sobre essa taxa. Parece-me que só há um banco pequeno, cujo nome não lembro, que oferece a taxa de 1,41. Em todos os outros bancos que nós fizemos a pesquisa, as taxas são superiores. Então, atualmente, essa é uma taxa razoável. É importante dizer isso. Vamos dar os louros a quem merece. Essa é uma taxa razoável pela pesquisa que fizemos.

PAULO HENRIQUE COSTA – Deputada Paula Belmonte, Silene, nós fizemos um esforço grande na redução dessa taxa. Quando nós construímos essa definição, já consideramos a chamada curva de juros, ou seja, a projeção de juros futuros. No fundo, nós já embutimos no cálculo dessa taxa uma projeção de queda, a que o mercado utiliza.

Como é um esforço grande, como nós reconhecemos o problema existente do superendividamento e suas consequências, a recomendação que nós damos para todos é que não esperem, que resolvam logo a situação. Se lá na frente houver uma queda muito representativa, mas muito lá na frente, nós trataremos a questão, porque sempre existe a possibilidade de renegociação ou de atualização. Essas reduções futuras vão nos ajudar a diminuir a parcela *bullet* – a parcela final – para quem ficou com uma parcela final.

É do interesse de todos – do banco, dos clientes – que ajustemos e revisemos essas taxas para que o programa seja sempre dinâmico. Mas façam isso logo. Não fiquem carregando e não percam a oportunidade da construção que foi feita agora de renegociar, de reconstruir, de melhorar a situação financeira.

(Intervenção fora do microfone.)

PAULO HENRIQUE COSTA – Eu acho que a própria indicação de que em 3 dias já tivemos demandas e agendamentos equivalentes a 10% de todos os clientes nessa situação já mostra a importância, a procura e a qualidade do programa. Nesse ponto que você tocou, que de fato libera renda e melhora a situação, também há possibilidade de carência. E a possibilidade de receber o valor do prestamista anterior na conta gera um alívio imediato.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Grata, Silene, pelas suas contribuições.

Eu vou passar a palavra ao senhor Jorge Montanha, para fazer suas considerações e tirar dúvidas.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Isso não é considerado como renda bruta, mas depois tiraremos as dúvidas.

Primeiro, vou passar a palavra aos integrantes da mesa.

Concedo a palavra ao senhor Jorge Montanha.

JORGE MONTANHA – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar a senhora presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da CLDF, deputada Paula Belmonte; a senhora presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada distrital Dayse Amarílio; o senhor presidente do Banco de Brasília, Paulo Henrique Costa; o senhor diretor-executivo de negócios digitais do BRB, Hugo Andreolly; representando o defensor público geral do Distrito Federal, o defensor público Alexandre Ribeiro; representando o secretário de Estado da Casa Civil do DF, senhor subsecretário José Carlos Medeiros de Brito; a senhora presidente da CABS – Caixa de Assistência e Benefício ao Servidor do GDF, Elied Barbosa de Oliveira; o senhor coordenador do movimento em defesa dos laboratórios públicos, Dataniel Duarte; o senhor vice-presidente da Associação Brasileira de Apoio aos Endividados.

Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Em primeira mão, eu quero agradecer a presença de todos os diretores do BRB que se comprometeram, desde o princípio, a estarem aqui reunidos conosco para nos trazer soluções pertinentes e atinentes às necessidades de todos os nossos servidores

públicos. Quero agradecer principalmente à nossa deputada, que tem demonstrado um esforço hercúleo em estar à frente para resolver, de uma maneira definitiva, as questões que estão trazendo problemas pessoais, problemas de saúde e inclusive de saúde mental aos nossos servidores. Quero agradecer a todos que estão imbuídos no grupo de trabalho e estão fazendo com que as coisas e os questionamentos cheguem a tempo e a hora para que nós tenhamos essas soluções imediatas.

Aqui nos foram ditas e trazidas algumas soluções que, a princípio, estão respondendo a todos os questionamentos que foram feitos. Desde o princípio, nós temos feito uma seleção de questionamentos – as associações têm trazido esses questionamentos – e hoje nós tivemos mais alguns esclarecimentos que são muito proveitosos para que nós levemos às nossas categorias.

Eu estou aqui representando a Abrase, a Associação dos Superendividados. Eu estou vice-presidente da Abrase, e nós temos buscado pedir aos nossos associados que realmente tenham a atenção voltada àquilo que está sendo feito aqui porque é necessário. Como foi prometido que hoje nós teríamos uma resposta, temos a resposta e até o final do ano nós teremos um alívio para os nossos servidores, segundo o que foi exposto aqui.

Uma coisa mais do que necessária: nós vamos ter que fazer esse acompanhamento. O grupo de trabalho não se desfaz agora, segundo me foi informado. Ele não se desfaz agora. Nós faremos a fiscalização imediata e, se houver necessidade, faremos *in loco*, para que, qualquer que seja a atitude tomada contra as decisões que estão sendo feitas aqui, ela seja trazida a público. O público tem que saber que esta casa está trabalhando em torno do servidor público, em torno do cidadão que está tendo problemas.

Nós precisamos realmente identificar o gerente que não está correspondendo às ordens que são emanadas a partir de sua presidência, para que ele se atenha e para que ele se adeque às situações, para que ele saiba da responsabilidade que essa presidência está assumindo aqui.

Vamos trazer conosco o Procon. Nosso diretor do Procon está aqui, o representante do Procon está aqui. Eu quero pedir encarecidamente que sejam prestadas maiores atenções, as atenções devidas àquelas comunicações que estão sendo feitas do não cumprimento da lei, às coisas que foram relatadas, que foram comunicadas. Como órgão governamental que protege o consumidor, nós temos que ver quais são as punições que têm de ser aplicadas a toda e qualquer instituição que não cumpre a lei.

Neste caso, nós estamos conversando mais especificamente sobre o BRB. Por que algumas instituições são punidas e são multadas pelo não cumprimento de leis que foram feitas nesta casa, estabelecidas como princípio básico para a resolução de problemas, enquanto o BRB me parece que está sendo poupado? Não sei por que razão. Não cabe a mim enumerar quaisquer que sejam as atitudes. Porém, eu sei – e tenho recebido comunicados dos nossos associados – que não têm sido tomadas as providências devidas para as reclamações com relação às multas que têm que ser aplicadas pelo não cumprimento da lei.

Nós precisamos que o nosso diretor do Procon nos auxilie nessa fiscalização, na necessidade de fazermos com que as coisas realmente aconteçam. Nós sabemos que o senhor tem responsabilidade sobre isso e que o Procon é um órgão que tem responsabilidade sobre as coisas que ele tem que fazer e sobre as atitudes que tem que tomar.

Então, a nossa necessidade é que façamos essa parceria para que as associações possam chegar à porta do Procon, solicitarem informações e terem as respostas imediatas aos porquês de as coisas não estarem acontecendo.

Não é de nossa vontade fazermos com que a instituição Banco de Brasília seja multada. Não é isso que nós queremos. Nós simplesmente desejamos que o BRB cumpra a lei. Em sendo cumprida a lei, todo e quaisquer problemas serão evitados.

Quero agradecer ao Paulo Henrique pelas atitudes que foram tomadas, pela receptividade das coisas que foram feitas, pelos esclarecimentos que foram tomados em todas as reuniões.

Você não se absteve de estar conosco, de chegar e fazer com que as coisas acontecessem e de nos informar sobre o que está acontecendo. A sua equipe é fora do comum. São pessoas que estão ali presentes, procuram saber, procuram entender e procuram trazer respostas que sejam precisas.

No mais, agradeço a todos pelo envolvimento, ao nosso grupo de trabalho, às nossas presidentes, à Casa Civil, que está presente conosco, fazendo com que as coisas também aconteçam.

Muito obrigado a todos os senhores. Desejo a todos que, depois dessas respostas que foram dadas aqui, nós consigamos ter realmente um feliz Natal e um ano próspero, sem termos os problemas

que nós estamos tendo como superendividados.

Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Esse é o objetivo. Nós estivemos lá no Procon e o presidente Paulo Henrique, inclusive, pediu que pudéssemos, também, fazer essas denúncias no SAC, porque eles vão também monitorar isso, bem como a agência.

Sempre deixamos claro que existe o canal do Procon. E nós, também, no grupo de trabalho e na comissão de fiscalização, fizemos o levantamento de todas as denúncias feitas depois que a lei foi implementada e sancionada, depois de derrubado o veto. O doutor Marcelo, que estava aqui, ficou de tomar as providências.

Nós estamos num momento de construção e o que o senhor trouxe é uma realidade. Há um grupo de trabalho, envolvendo todos os parlamentares e o próprio BRB.

Eu quero registrar aqui que eu ligo praticamente diariamente para o presidente Paulo Henrique e todas as nossas demandas são respondidas e atendidas.

Então, o que nós queremos aqui é realmente, como foi falado aqui por um gerente, ser um divisor de águas para que possamos, realmente, trazer esse alento para as pessoas.

Algumas pessoas tiveram reclamação desses 4 dias, mas precisamos entender que esta apresentação aqui na Câmara Legislativa é a demonstração do comprometimento do BRB para que esse programa seja exitoso.

Recebi muitos *feedbacks*, já que é a primeira vez que o BRB vem apresentar um programa aqui na Câmara Legislativa. Lembro que, junto com o presidente, no dia que foi anunciado esse programa, estava também presente o governador. Então, nós temos aí uma sinalização muito importante.

Quero registrar que a Casa Civil... O próprio GDF está preocupado com esse servidor que não está trabalhando e que está preocupado. Então, existe um comprometimento de todos os Três Poderes, tanto desta casa legislativa, quanto do Executivo, quanto do Judiciário, representado aqui pela Defensoria Pública, em resolver essa situação.

Então, contem conosco. O grupo de trabalho vai continuar. Nós estamos agora na segunda etapa, que é a fiscalização do que está sendo prometido aqui e que nós queremos que aconteça.

Concedo a palavra à senhora Elied, para que ela possa falar e fazer algumas considerações.

ELIED BARBOSA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Cumprimento a mesa e agradeço à Comissão de Fiscalização, presidida pela deputada Paula Belmonte, que não largou a nossa mão em momento algum e está aqui conosco. Isso é muito importante e nos dá segurança. Agradeço ao BRB a presença e a todos da mesa. Eu não vou me estender muito porque é muita gente, mas estão todos agradecidos.

Eu tenho algumas questões para as quais eu gostaria de resposta, Hugo. A redução de 5% foi uma ótima notícia. Eu e Silene tínhamos solicitado isso do honorário de sucumbência. Hoje um associado foi para ser atendido e solicitaram o pagamento desse valor à vista. Ele não tem. Como é que fica isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Para facilitar a dinâmica, faça todos os questionamentos para que, então, ele possa responder todas as perguntas.

ELIED BARBOSA DE OLIVEIRA – Então, sobre os 5% dos honorários de sucumbência à vista.

Em relação às taxas, vão juntar tudo, mas quando forem juntar a menor taxa... Por exemplo, a do consignado é 0,9. Essa taxa vai ser utilizada só no consignado e a taxa da conta corrente vai ser 1,49? Essa também é outra pergunta.

Vão continuar os provisionamentos? As pessoas estão com salário provisionado e até que elas renegociem, como está marcando para janeiro, elas vão ficar sem salário?

No cálculo da margem, vai entrar tudo? Auxílio-alimentação, transporte, pecúnia? A pecúnia entra na declaração de imposto de renda, mas é uma renda eventual, ela não é uma renda fixa.

Então, são essas as questões que eu gostaria de saber.

HUGO ANDREOLLY – Eu vou ter resposta para algumas perguntas, para outras eu vou ter que consultar, Elied, mas nós já temos o contato, passo para você na sequência. Peço desculpas por não

ter resposta para todas.

O canal está aberto, então, sinta-se à vontade sempre de perguntar também. Seria mais rico se tivéssemos uma prévia até para esclarecer para todo mundo. Eu acho que isso é importante. Com relação às taxas... Eu vou começar pela taxa porque a questão da sucumbência eu vou pedir uma ajuda para o nosso jurídico, só para saber se tem como parcelar ou não. Eu acho que é à vista mesmo. Já conseguimos baixar de 20 para 5, mas fica a pergunta.

Com relação às taxas, é a taxa média daquele produto. Então, estamos falando de serv para serv. Nós vamos tentar enquadrar o máximo do BRB Serv no consignado, por quê? Estamos pegando a taxa média ponderada. É importante isso também. Não adianta fazer a média simples, uma média ponderada pelos volumes das operações.

O gerente já está instruído disso. Há um simulador para isso, quando vamos fazer esse cálculo, é o máximo possível no contracheque. Primeiro ponto. Por quê? É a menor taxa. Então, vamos trazer o máximo para poder enquadrar no contracheque e resolver a situação do cliente. Não enquadrando o contracheque, há a questão de margem disponível e a margem que estiver disponível no contracheque. O restante, aquela diferençazinha para chegar aos 40, vai para a conta. Vamos sempre buscar a melhor condição para o cliente. Não chegando e sendo necessário, por último, entrariamos em um CPP com 2,75. Então, vamos esgotar todas as possibilidades dentro dos produtos com as menores taxas e maiores prazos.

De novo: se o cliente tem condição de ficar enquadrado antes de 144 meses, no caso do BRBServ, ou antes de 240 meses, no caso da Reneg ou do CPP, vamos para antes. O objetivo não é alongar ao máximo possível o prazo para o cliente, é enquadrá-lo dentro da quantidade de parcelas que lhe couber. Esse é o ponto com relação a taxas.

Com relação ao provisionamento, estamos revendo tudo isso. O presidente já tinha comentado a questão dos 40%. Há uma questão importante: a Resolução nº 5.058, uma resolução do Banco Central sobre conta-salário. Isso acontece, é regra do sistema financeiro.

Por último, com relação ao cálculo da margem da pecúnia, vou lhe enviar depois, na sequência, porque eu preciso entender isso. Eu acho que essa pergunta está na lista que você enviou para nós; senão, eu teria que perguntar para os meninos para lhe responder.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Seria bom se você pudesse verificar isso antes de concluirmos a sessão.

PAULO HENRIQUE COSTA – Deputada, eu já consigo endereçar isso aqui.

Em relação à questão dos honorários, vamos passar a incluir os honorários na renegociação de maneira que os financemos também dentro da operação. Acho que essa é a melhor forma de tratar esse assunto.

Só lembro que os casos de honorários de sucumbência se aplicam somente àqueles clientes que têm ação judicial.

ELIED BARBOSA DE OLIVEIRA – Muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

PAULO HENRIQUE COSTA – Não entram na renda bruta.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Deixe-me repetir a pergunta dela, pois este evento está sendo gravado, e é importante a pergunta ficar registrada.

Como é o nome da senhora?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – A senhora Aline está perguntando sobre o auxílio-alimentação. Também foi feita uma pergunta a respeito de pensão alimentícia. Esses itens serão computados na renda bruta?

Pode falar, presidente.

PAULO HENRIQUE COSTA – Esses itens não são computados.

O que vamos fazer? Basicamente, na construção do programa, partimos da renda informada no contracheque e retiramos todos os itens que as associações trouxeram para nós como elementos ocasionais ou não constantes no cálculo da renda. Começaram a surgir perguntas específicas em

relação a determinadas rubricas. Vamos voltar, revisar esse cálculo de novo junto com as associações e verificar se todos esses itens que vocês estão questionando foram tratados.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – É importante registrar isso.

Eu não tenho o nome de todas as rubricas, mas vamos colocar de uma forma didática: hora extra, serviço voluntário, TPD não entram na taxa da renda bruta da pessoa, mesmo que esses itens constem do Imposto de Renda, pois há meses em que as pessoas não os têm.

Isso é fruto de negociação. Inclusive, é importante registrar que, quando trouxemos esse assunto para o grupo de trabalho, eles pediram às pessoas da associação, como Silene e Elied, que entrassem, para que, no dia seguinte, passassem a lista com todos esses itens que seriam retirados da renda bruta. Não houve nenhuma resistência do banco em atender isso – o que é importante registrar também. Nós somos gratos.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Vou abrir o microfone. Aperte o botão.

CÉSAR HENRIQUE – Boa noite a todos. Senhor presidente, foi informado que, dependendo da oscilação da taxa Selic, os contratos poderiam ser revisados, digamos assim. Não era melhor já atrelar esses contratos à taxa Selic, colocando essa condição de que, se ela tiver uma queda abrupta, em vez de os clientes irem refazer os contratos baseando-se na taxa Selic, isso já estar condicionado no contrato?

Outra pergunta. Quanto ao período em que foi cobrado do servidor valor acima de 40%, poderia haver a opção de o cliente pedir o ressarcimento dessa diferença, porque, enquanto a lei não foi cumprida e houve desconto acima de 40%, incidiram juros. Eu acho que o cliente poderia ter a opção de ser ressarcido dos juros em cima dessa diferença, junto com a questão do seguro, porque, se o banco não cumpriu a lei, se cobrou a mais durante um período, seriam devolvidos para o cliente os juros que incidiram durante esse período em que a lei distrital não foi cumprida.

Quero solicitar esclarecimento sobre algo que não está muito bem explicado. Eu fiz um contrato, digamos, há alguns anos, e a taxa era 0,9. Se vocês não explicarem direito ali no que está exposto à população, vai haver só o que foi falado aqui, que não consta lá. Constaram os novos juros, as novas taxas, mas não essa situação de que vai ser mantida aquela taxa da época do contrato que a pessoa fez. Solicito que conste isso claramente no programa, para a população entender.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O senhor poderia falar seu nome para deixar registrado na TV Câmara Distrital?

CÉSAR HENRIQUE – César Henrique, diretor do Sindsep e do Sindprev. Parte dos nossos filiados infelizmente estão endividados.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – É importante falar, senhor César, que, no último *slide* mostrado, a taxa menor era de 1,45. Será que conseguimos chegar ao último *slide*, só para mostrar esse registro?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então, vamos registrar aqui. É o último *slide*. Nesse caso da simulação, a média seria 1,30, mas, se for 0,89, será mantida esta taxa; se for 0,79, vai ser mantida a de 0,79.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Está registrado aqui. É importante dizer porque essa fala está sendo registrada. Nós vamos ter uma ata disso. Seria bom se você falasse, Hugo. Eu falar é uma coisa, você falar é outra.

HUGO ANDREOLLY – Vamos reforçar isso aqui. É um ponto. O programa foi formatado dessa forma, César. Aqui trouxemos um exemplo, mas, se essa taxa de 1,30 fosse 0,89, ficaria a de 0,89. Nesse exemplo específico aqui, a ponderada acaba sendo igual. Se ela for 0,89 nos 2 produtos – é a taxa média ponderada –, se ela for menor que 1,45, será ela.

PAULO HENRIQUE COSTA – Eu queria solicitar que fôssemos ao *slide* 8, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O objetivo do grupo de trabalho é trazer essa apresentação para cá, porque esse instrumento é, vamos dizer assim, um contrato que estamos fazendo. Então, está registrado aqui esse contrato do banco. É importante mostrar essa sinalização e o

reconhecimento da sinalização. Quem está sentado aqui à mesa é o presidente do BRB. Essa é uma sinalização muito grande de que o banco está se colocando inteiramente de forma transparente e compromissada. Isso é importante. Isso aqui é material para todos nós, um grande contrato.

PAULO HENRIQUE COSTA – Deputada, a informação da taxa está colocada nesse *slide*: O BRB manterá as taxas vigentes, caso sejam inferiores às taxas do programa. Há uma explicação abaixo quanto ao que isso significa. Ali ao lado, estão colocadas as novas.

Esse parágrafo quer dizer exatamente o que você mencionou quanto ao caso de 1,30. Ou seja: os clientes que tinham uma taxa inferior a 1,45 permanecerão com a taxa da época, até o valor dos saldos devedores.

Em relação à indexação do contrato, achamos que a melhor prática é deixar como está. Cada um que, em algum momento, tiver interesse de voltar e renegociar, nós vamos discutir isso, à luz das condições da época, porque, como foi bem tratado aqui, primeiro, a taxa pode subir, e fazermos um contrato que não preveja subida e descida não seria adequado. Além disso, um contrato pós-fixado geraria inúmeras incertezas e oscilações no valor da parcela. Desse jeito, acho que também na linha da educação financeira, das regras e das condições claras, nós damos segurança, em relação aos valores, para todo mundo.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Vou passar a palavra agora para o representante da Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal, Sr. José Carlos Medeiros de Brito.

Quero registrar a gratidão ao secretário Gustavo Rocha, que, em todo momento em que nós o procuramos, esteve sempre à disposição. O senhor esteve na audiência e sempre acompanhou tudo o que o grupo de trabalho estava fazendo. Inclusive, fiquei sabendo que o secretário está acompanhando a audiência.

JOSÉ CARLOS MEDEIROS DE BRITO – Boa noite a todos. Boa noite à senhora presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputada Paula Belmonte, na pessoa de quem, por uma questão de celeridade da nossa reunião, cumprimento toda a mesa e todos os presentes.

A Casa Civil, como dito – estávamos envolvidos na última reunião –, está acompanhando tudo e parabeniza todos os integrantes da comissão e, em especial, o BRB, pelo encaminhamento encontrado, um encaminhamento de solução para essa questão do superendividamento.

Permaneceremos acompanhando isso, torcendo para a finalização de todos os problemas, para que todas as partes saiam satisfeitas dessa situação.

Essas são as nossas palavras. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muita grata. Há uma pergunta aqui também do Johnson.

Se o senhor puder falar o nome do senhor para ficar registrado, nós agradecemos.

CARLOS HENRIQUE – Boa noite a todos e a todas. O meu nome é Carlos Henrique. A exemplo do companheiro César, eu também sou da direção tanto do Sindsep como do Sindprev/DF, que representam os servidores do Ministério da Saúde que estão cedidos ao Governo do Distrito Federal pela Secretaria de Saúde.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a deputada Paula Belmonte e a deputada Dayse Amarilio, que não está mais presente, mas que está dando uma força muito grande para a resolução dessa questão.

Quero parabenizar o presidente e toda a diretoria do BRB, na pessoa do presidente Paulo Henrique. Vocês demonstraram uma sensibilidade muito grande, especialmente num momento como este, de tanta dificuldade para os servidores do Distrito Federal. Saúdo a minha companheira Silene Quitéria, que foi subsecretária na Secretaria de Saúde, mas que, mesmo antes de ser subsecretária, muitas vezes nos ajudou, recebeu-nos e nos auxiliou em muitas questões referentes aos servidores do Ministério da Saúde cedidos ao GDF.

Eu estava observando. Na realidade, deputada, eu não tenho perguntas, tenho alguns comentários a fazer. Eu estava observando a tabela, por Secretaria, de quantos servidores endividados serão beneficiados com esse programa. A Secretaria de Saúde ficou, nada mais nada menos, em segundo lugar, só perdendo para a Secretaria de Educação. São 6.131 servidores da Secretaria de Saúde que estão endividados com o BRB. Desses 6.131 servidores, 650, mais ou menos isso, são

servidores do Ministério da Saúde cedidos ao GDF.

É claro, nada é perfeito, mas esse programa, se ele não resolve a vida desses servidores – não só dos servidores do Ministério da Saúde cedidos ao GDF, mas de todos os servidores, todas as pastas que estão com problemas com o BRB –, no mínimo ele ajuda muito a resolver. Então, parabéns a toda a diretoria do BRB.

O que também me chamou a atenção é em relação à questão da educação financeira. O banco está oferecendo a oportunidade, não é obrigatória, mas o banco está oferecendo a oportunidade para os seus clientes que se encontram endividados de fazer um curso de educação financeira para que eles aprendam a gerir melhor as suas finanças. E isso é muito importante. Eu, inclusive, estou muito interessado em fazê-lo, muito interessado!

Esse programa fortalece o banco porque faz o banco obter aquilo que lhe é devido, que é a parte financeira, ajuda o servidor, atrai clientes e, também, beneficia muito o Governo do Distrito Federal.

Finalizo dizendo que esse acordo que está sendo construído através do grupo de trabalho da diretoria do BRB contribui substancialmente para que os servidores do Distrito Federal, em especial aqueles que se encontram endividados com o BRB, possam ter um Natal e um Ano-Novo um pouco mais felizes.

Muito obrigado e parabéns a todos os envolvidos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, é um depoimento importante. É lógico que nós queríamos a taxa zero, nós lutamos pela taxa zero, mas isso não é possível. É importante dizer que isso é fruto de muita negociação, de conversa. Vejo que o banco está preocupado e é importante a presença da Casa Civil aqui, porque a Casa Civil também está preocupada com os seus servidores, com a saúde mental dos servidores, porque isso reflete no serviço público de Brasília.

Sobre o caso de vocês – que são os cedidos, que ganhavam inclusive um adicional, o PaSUS –, conversamos na reunião, em que o Dataniel trouxe essa situação – o Dataniel também vai falar aqui –, e me parece que está, inclusive, nessa negociação de vocês o Imposto de Renda, porque sabemos que vocês estão ganhando menos, então ele não vai ser contabilizado. Foi isso que conversamos e é importante registrarmos.

Vou passar a palavra para uma pessoa aqui da mesa e para uma pessoa perguntar, para podermos trocar essa bola. Então, concedo a palavra à nossa querida Silene Almeida, que auxiliou muito no desenvolvimento desse programa. A palavra está contigo.

SILENE ALMEIDA – Boa noite, boa noite aos meus colegas, boa noite a todos que estão assistindo a nós. Deputada Paula Belmonte, virei sua fã. Eu brinco que onde há uma mulher forte, as coisas realmente acontecem e nesse grupo havia muitas mulheres fortes. Parabênizo a sua sensibilidade, a sua empatia. Acho que a palavra é essa, empatia. Agradeço à minha amiga, minha tutora, minha líder, Elied Barbosa. Eu a conheci nesse movimento. Presidente Paulo, você teve sorte, pois nós já colocamos carro de som em outras épocas. Difícil. (Risos.)

Nós viemos com ânimo para essa comissão geral, presidente Paulo. Eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar o meu colega Dataniel, que é colega da saúde, cumprimentar o representante da Casa Civil, o companheiro Montanha, o representante da Defensoria Pública, que tanto tem acolhido os nossos colegas, o querido Hugo e toda a equipe do BRB, que teve muita paciência com a nossa insistência. Nós vamos continuar insistindo. Como diz a deputada, isso foi só 1 fase, a primeira fase.

Eu quero mencionar que eu vim, eu acredito que a Elied e muitos dos que estão presentes, nós viemos com um certo ânimo para essa comissão geral, porque nós temos contato *full time* com os servidores, e o *feedback*, o retorno que nós estamos tendo não é dos melhores. Parecia que não tinha havido nada, que não tinha sido lançado nada, parecia que era mais do mesmo. Como a presidente da comissão, deputada Paula Belmonte, bem disse, claro que todos nós lutamos por um juro menor, até por juro zero, mas nós sabíamos que isso era uma utopia, e seria leviandade nós ficarmos enganando os servidores dizendo que tem condição de dar juros de 1/2 por cento ou coisas que muitas vezes a oposição fala de forma irresponsável.

Nós estamos lidando com pessoas, então, nós tratamos disso tudo de forma muito séria. E, quando o *feedback* vinha para nós no sentido de que as propostas que estavam sendo recebidas pioravam a vida das pessoas, tudo ficava pior, aí falamos: “Espera aí, há algo errado, não foi isso a que nós assistimos lá”. A apresentação feita pelo BRB para os parlamentares, para a casa legislativa que representa a sociedade do Distrito Federal e para nós, como representantes dos servidores, não é o

que estão trazendo para nós.

Então, era muito importante nós estarmos aqui hoje. Nós gostaríamos que houvesse mais servidores aqui, mas eu tenho certeza de que, para variar, a audiência deve estar bem alta e esse vídeo vai ser visualizado muitas vezes. E, já complementando esse raciocínio, uma das perguntas que eu quero fazer é em relação à recepção, ao acolhimento do servidor ao programa.

Presidente Paulo, Hugo e toda a equipe do BRB, nós estamos tendo muitas reclamações de servidores que estão sendo recusados no programa, pois o banco diz que eles não se enquadram. Ora, a pessoa está com comprometimento de 68%, como ela não se enquadra? Até eu, que sou leiga, pego o contracheque, faço os cálculos e vejo que a pessoa tem um comprometimento muito maior. Entendemos, presidente, que essa análise precisa ser revista.

Como tínhamos conversado desde a última reunião do grupo de trabalho, entendemos que é um programa robusto, que envolve muitas variáveis, envolve pessoas, envolve treinamento e sabemos que o ajuste é necessário. Tínhamos nos posicionado durante a última reunião, como associação, informando que continuaríamos atuando, fiscalizando, inclusive como parceiros dessa articulação, porque aqui não é a Silene, não é a Elied, não é o Dataniel, não é o César Henrique, são servidores. Nós só trazemos as necessidades. Aqui está o Johnson, nosso colega da segurança pública.

É muito importante que haja um ponto de controle. Presidente Paulo, o senhor se lembra que nós fizemos pontos de controle todos os dias durante a pandemia de covid? E o presidente Paulo, gente, era bem rigoroso. Às 7 horas da manhã, tinha que estar todo mundo *online*, e ele e o *staff* maior tinham que estar fisicamente lá fazendo ponto de controle todos os dias. Todos os dias.

Presidente, naquele período, o BRB foi um gigante, foi um grande parceiro da população. Talvez nem todos saibam disso, mas eu, como subsecretária naquele momento, sei da importância do BRB para nos ajudar, para que tivéssemos ali as unidades acopladas, para buscar recursos para que conseguíssemos insumos e várias outras coisas. Naquela época, vocês ajudaram a salvar vidas.

Por isso eu peço que, nessa implementação do programa Crédito na Medida, estabeleçamos algo como um ponto de controle, para que possamos ampliar, para que nossos colegas, representantes de outras instituições, de outras entidades, possam também participar, porque, quando um representante está fazendo parte de uma mesa como esta, o seu representado se sente incluído, isso dá uma sensação de pertencimento.

Então, é muito importante que tenhamos um ponto de controle e que seja expandido. Lógico que não precisa ser diário, mas que haja algumas reuniões virtuais, seja com a sua diretoria, seja com o Daniel, que nos atendeu muito bem. Enfim, que tenhamos a oportunidade de dar esse *feedback*, porque, se a comunicação melhora, o programa tende a ser um sucesso absoluto. Muitas vezes, o maior problema é o ruído na comunicação, e nós nos colocamos à disposição e estaremos, sim, fiscalizando e acompanhando isso junto com todos os colegas.

Agradeço em nome dos servidores da saúde, em nome de todos os colegas que não puderam estar no grupo, mas que, de forma direta ou indireta, nos municiaram com as informações daqueles segmentos específicos.

O que esperamos agora é que o programa, de fato, alcance o seu objetivo, qual seja, o cumprimento da Lei nº 7.239/2023 e da Resolução do Bacen nº 4.790. E que ele seja mais inclusivo, evite recusar tantas pessoas, porque, muitas vezes, a pessoa está ali com 40, 42% ou até 38% de comprometimento, mas com tanta dívida lá fora, fora do contracheque, fora da consignação, que ela precisa ter um respiro.

Então, o banco poderia fazer o esforço de ser mais inclusivo, enxugar os 28 mil e agregar mais servidores.

Muito obrigada a todos vocês. Que Deus abençoe todos nós!

Obrigada, deputada Paula Belmonte. Continue firme. V.Exa. tem o nosso apoio para que essas e outras demandas consigam fluir. Que consigamos melhorar a relação com o banco, para que não sejam necessárias mais faixas dessa natureza! Hoje, essas faixas foram necessárias porque elas traduzem o momento. O momento é de animosidade e de insatisfação com o programa lançado há 3 dias. Era muito importante que esta apresentação fosse feita hoje. Ela está sendo filmada, gravada e assistida. Isso dá mais transparência, e as pessoas vão poder acompanhar.

Obrigada a todos vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu que agradeço. Vocês foram guerreiras.

Reconheço que o sucesso deste programa que será a realidade de muitas pessoas, com certeza, teve muita contribuição de vocês. Agradecemos.

PAULO HENRIQUE COSTA – Deputada, eu gostaria de responder às questões que a Silene trouxe.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O senhor está com a palavra.

PAULO HENRIQUE COSTA – Silene, como a deputada falou, você, a Elied, o Montanha e o Dataniel foram determinantes para a construção do programa. Vocês foram determinantes até para o entendimento mais detalhado do banco sobre a realidade da composição da renda. Parabéns pelo esforço. Aquela luta de todos os dias, às 7 horas da manhã, também será lembrada. Certamente, salvamos muitas vidas, em conjunto, naquele momento.

Em relação à eventual ausência de reconhecimento como superendividado de pessoas que têm comprometimento maior que 40%, o pedido que faço é que mandem a documentação para nós. Pode ser que tenha havido alguma perda de renda e que a informação que temos seja diferente. Peço para o Hugo e para toda a equipe do BRB que façamos uma modificação. Em vez de partirmos de uma base estabelecida de clientes, que abramos para que outros que se entendem na condição de superendividado possam mandar a documentação para fazermos a análise e, eventualmente, o enquadramento.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Isso merece uma salva de palmas porque é a inclusão de mais pessoas. (Palmas.) Isso é muito legal. Já está aqui o compromisso. Ouviram, Hugo e Dataniel?

PAULO HENRIQUE COSTA – Pode ter havido, de fato, uma perda de renda, e a informação que temos não estar atualizada. Dessa forma, resgatamos e levamos para o programa quem de fato precisa.

Já aceitamos a sugestão do ponto de controle. A minha sugestão é que seja semanal, toda quarta-feira, das 8 e meia às 9 e meia da manhã. O ponto de controle diário não é necessário, de verdade, neste momento. Então, a minha sugestão é que, já na próxima quarta-feira, façamos o primeiro ponto de controle para colher os *feedbacks*, as considerações, as eventuais necessidades de ajuste no programa.

A inclusão de outras dívidas é bastante complexa. Refiro-me àqueles que estão abaixo dos 40% e querem trazer dívidas externas.

SILENE ALMEIDA – Presidente, eu quis dizer que, às vezes, a pessoa não se encaixa no critério de 40% do banco, mas, em sua vida privada, há outras dívidas. Não peço para trazer as dívidas para o banco, mas para o banco aceitar esse cliente, mesmo que ele esteja no limiar de 40%, 38%. Você acabou de dizer que ia abrir o leque e já ganhou até uma salva de palmas. Era em relação a isso.

Quanto às dívidas de fora, entendo que há uma dificuldade, sim, mas podemos construir isso no futuro.

PAULO HENRIQUE COSTA – Quem sabe a taxa de juros caindo no tempo, abrindo mais margem...

SILENE ALMEIDA – Os seus analistas financeiros estão otimistas.

PAULO HENRIQUE COSTA – ... caindo dentro dos 40%, podemos ir puxando, porque temos certeza de que as taxas de juros de outras dívidas são bem mais altas do que essas que estamos oferecendo aqui.

Então, deputada, cobrindo a resposta, aquela solução primeira atende aos 2 quesitos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, presidente.

Concedo a palavra à Danielly de Pádua.

DANIELLY DE PÁDUA – Boa noite. Meu nome é Danielly, sou servidora do GDF há 20 anos e hoje estou cedida para a Câmara Legislativa como assessora da deputada Doutora Jane.

A primeira coisa que eu gostaria de fazer é parabenizar a deputada Paula Belmonte. Realmente esse foi um trabalho de excelência realizado com o grupo de trabalho. Parabenizo, também, o Paulo, presidente do BRB, por toda a sensibilidade que ele teve; e o governador Ibaneis por hoje ter conseguido enxergar e acolher tantos servidores – sou da carreira de magistério da Secretaria de Educação, que tem o maior número de endividados – que durante anos tiveram tantos problemas

como superendividados.

Tenho algumas dúvidas. Vi que existem outras linhas de crédito que não entraram na proposta. A minha primeira pergunta é se a dívida habitacional entra nesses 40% ou é uma dívida à parte, que não está contemplada? Posso fazer todas as perguntas, deputada?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Pode.

DANIELLY DE PÁDUA – No caso das vendas casadas que aconteceram, como a deputada citou, o banco vai revisá-las? Elas vão ser restituídas total ou parcialmente? Como ficariam as vendas casadas?

No caso de alguns servidores que têm comprometimentos específicos, como comprometimento com o consignado, comprometimento com o crédito em conta, mas não têm comprometimento com o cartão de crédito – eles estão com o cartão em dia –, vi que todos podem entrar, mas devem ou podem? Eles podem escolher não entrar com aquele que não está comprometido, que está em dia com o pagamento?

É possível, dentro desse programa, fazer o abatimento que existe hoje de puxar a última parcela, já que os servidores vão estar com uma margem mais livre, de repente, em 240 vezes, em 144 vezes, ou em menos vezes, e podem tentar antecipar essas parcelas finais. Vai ser oferecido o desconto a eles? Eles vão conseguir essa liberação de antecipação?

Ouvi que já houve algumas questões para reavaliar a questão do que é bruto e do que não é bruto. Por exemplo, cargos comissionados, eles são ditos como eventuais? Não são? Entram? Não entram? Seria uma das questões.

Mais uma pergunta: quem está no programa e optar por fazer uma portabilidade para outro banco – tendo em vista que hoje, de qualquer forma, o salário passa pelo BRB – será possível também? Se ele estiver no programa, ele tem que se manter no BRB?

Seriam essas as perguntas.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata. Inclusive, no nosso grupo de trabalho, tivemos essa preocupação, e 2 grandes passos foram tomados – e eu gostaria que tanto o Hugo quanto o presidente falassem sobre isso. Primeiro, é que nós sabemos da realidade que muitos servidores têm cargos comissionados por um determinado período. E a nossa preocupação era o endividamento de futuros servidores.

O banco também tem essa preocupação e vai fazer uma análise disso – vou deixar o presidente falar –, para que não tenhamos esses futuros devedores e para que possamos minimizar isso de uma forma mais consciente. O primeiro programa já tinha até nome: Crédito Consciente. Vou deixar o presidente falar sobre isso, mas também foi um tema que nós discutimos no grupo de trabalho.

PAULO HENRIQUE COSTA – Danielly, obrigado pelas perguntas bem variadas e ricas.

O crédito habitacional não entra nessa conta. Ele tem uma natureza específica, uma garantia específica, uma estrutura específica. Nós trabalhamos com um cenário de que não há venda casada. Essa é a orientação. São essas as normas internas. Então, se há algum caso, ele precisa ser denunciado no SAC do banco, porque temos procedimentos específicos para tratar qualquer denúncia ou qualquer situação dessa.

Comprometimentos em outros produtos que estão em dia. Nós estamos falando aqui de um programa de educação financeira e de reenquadramento. A adesão ao programa encerra todos os limites existentes, mesmo que um determinado produto esteja em dia e o cliente tenha intenção de mantê-lo. É a forma que temos, nesse momento, de proteger as pessoas.

Lá na frente, iremos reavaliar isso. A tendência é que, com aumentos salariais, redução dos saldos devedores e eventuais reduções de juros, cada vez mais, a renda liberada vá subindo e tenhamos um menor comprometimento de renda.

Abatimentos na antecipação. Acho que esse é um ponto que você trouxe superimportante. Qualquer parcela antecipada gera o abatimento proporcional, ou seja, o abatimento dos juros que incidiriam sobre essa parcela. Quando falamos de prazos tão longos, como 144 meses ou 240 meses, às vezes, antecipar uma última parcela dessa sai por 1/10, 1/8 da parcela.

Às vezes, o cliente tem uma renda não ocasional, um 13º salário, alguma coisa do tipo, se ele puder usar uma parte dessa renda para abater parcelas futuras, vale muito a pena, porque se antecipa essa parcela com descontos enormes. Isso significa que você está plantando uma semente de uma

melhor condição financeira lá na frente. Vale a pena fazer a conta. No aplicativo do BRB, no menu específico de crédito, há a possibilidade de antecipação de parcela, permitindo a simulação. Considerem isso. Vale, de fato, muito a pena. Obrigado por trazer esse tema.

A portabilidade é um direito de todos. À medida que o comprometimento da renda está limitado a 40% a partir da adesão, existe a possibilidade, sim, da portabilidade, está à disposição. É claro que a minha recomendação é: fiquem no BRB. Nós temos trabalhado muito para melhorar os produtos, melhorar os atendimentos, rever todas as nossas políticas, as nossas taxas de juros, em geral, são mais baixas que a média da concorrência. Há um conjunto de incentivos e de qualidade, e nós achamos que os servidores devem voluntariamente valorizar o BRB, inclusive, porque o resultado que nós geramos nessas operações vira dividendo. Setenta por cento é pago ao Distrito Federal, 16% ao Iprev, isso acaba se revertendo em melhoria para a cidade e até melhoria para a aposentadoria.

A deputada Paula Belmonte mencionou a questão de se evitar futuros devedores, esse é um dever de casa, um desafio, um trabalho que temos feito diariamente. Todas as políticas de crédito estão sendo revistas, aperfeiçoadas, para que nós evitemos o comprometimento relevante da renda. As pessoas que hoje não estão superendividadas, mas que, no futuro, acompanharão a dinâmica do banco, verão de uma maneira muito intensa e constante a proposta de redução, de limites de crédito. Quando começarem a usar os produtos, sugestões de redução aparecerão. A construção feita aqui pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo BRB, é um marco histórico na relação com o crédito e com o próprio sistema bancário.

DANIELLY DE PÁDUA – Em relação à questão da negociação global, de os produtos não estarem mais disponíveis, e fazendo uma relação com o habitacional, nós sabemos que os clientes que têm relacionamento com os bancos têm taxas reduzidas no habitacional quando vão contratar. Para isso, ele precisa manter esses produtos que serão retirados na negociação. Pelos contratos, essas taxas se elevariam, o habitacional teria uma taxa elevada, tendo em vista esses clientes não terem mais esses produtos vinculados à conta. Como ficaria nesse caso?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Obrigada, Danielly.

PAULO HENRIQUE COSTA – Danielly, eu acho que voltamos ao espírito da construção do programa. Se todo o esforço feito foi para diminuir o comprometimento da renda, assumimos aqui o compromisso de que as taxas bonificadas do imobiliário serão mantidas para quem aderir ao programa, mesmo que perca os outros produtos.

Você foi no detalhe do detalhe do detalhe, parabéns pela pergunta e pela provocação.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Há algumas pessoas aqui que querem falar, como o senhor de boné, o Johnson, o senhor Antônio.

Peço a vocês que apertem esse botão à frente.

Neste momento, vou passar a palavra para um integrante da mesa e vamos intercalando.

Concedo a palavra ao senhor Dataniel Duarte, coordenador do Movimento em Defesa dos Laboratórios Públicos.

DATANIEL DUARTE – Boa noite a todos. Inicialmente, eu quero, em nome da deputada Paula Belmonte, saudar toda a mesa. Não vou me arriscar a dizer os nomes, mas que todos se sintam saudados e abraçados, especialmente cada um resistente neste plenário e todos que estão assistindo a esta audiência.

Para aqueles que não me conhecem, eu sou o Dataniel Duarte. Estive nesse grupo de trabalho representando o segmento da saúde, de forma especial o laboratório. Estivemos em outras lutas, assim como hoje, nesta pauta principal, financeira, junto ao BRB. Discutimos, juntamente com o Hélio, presidente da Aspses, a criação de uma frente unificada da saúde. Na reunião, estiveram presentes o presidente do Sindicato dos Técnicos e Auxiliares em Radiologia, Alessandro; a nossa querida Solange, presidente do SINTTASB – Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal do Distrito Federal; o Hélio, que já mencionei; e a nossa querida Silene, que, além desse grupo, dessa frente unificada, participou brilhantemente desse nosso grupo de trabalho, em busca do melhor para todos nessa negociação.

Não obstante, deputada, muitas vezes eu me questionava como um servidor pode atender bem, relativamente à saúde de outras pessoas, sendo que, em virtude de uma dificuldade financeira, ele está emocionalmente adoecido.

Esse é o cenário e o quadro que acomete muito os servidores. Estão adoecidos em virtude

dessa dificuldade financeira, o que compromete, inclusive, o bem-estar da própria família.

Então, cada vez mais, mostra-se a importância desse movimento que a deputada Paula Belmonte criou, por intermédio da primeira audiência pública, com a criação desse grupo de trabalho e o envolvimento de todo o BRB.

Infelizmente, essa dificuldade acomete muitos servidores. E, aí, nós queremos reconhecer, na pessoa do presidente do BRB, o Paulo Henrique, que não mediu esforços, juntamente com toda a sua equipe técnica, na busca de uma solução e de um programa, que é este que aqui já estamos apresentando e já está sendo usado por muitos, no sentido de trazer... Como falou o colega, se não for a solução, que venha minimizar o sofrimento de muitos servidores e suas famílias. E eu acho que esse é o objetivo, que está sendo alcançado. A cada dia, está havendo mais espaço para que esse programa alcance sucesso, e isso é fruto desse esforço.

Naquela reunião com o presidente, trouxemos uma demanda do nosso amigo César Henrique, presidente do Sindsep. Muitos colegas do programa PaSUS foram penalizados – vamos assim chamar, não é, César? – por uma Adin que trouxe prejuízos financeiros para muitos servidores. Salvo engano, para 650 servidores. E o presidente acolheu muito bem essa demanda, César. Foi sensível a isso. No dia seguinte, em uma reunião com os técnicos, marcada pelo nosso presidente Paulo Henrique e liderada pelo diretor Daniel, eles foram muito sensíveis também e se disponibilizaram.

Confesso que nós tivemos dificuldade, presidente, de encaminhar alguns contatos que tentei (*sic*) para marcar, porque, por meio deles, ele tem esse acesso, essa facilidade de contato com essas pessoas. Mas, graças a Deus e ao esforço dos diretores presentes, eles já se entenderam e isso já está encaminhado. Parabéns a todos!

Eu quero agradecer o esforço ao presidente e a toda a sua equipe. Reconheço e entendo que foi uma luta em que ninguém mediu esforços para buscar esse entendimento. Por isso, deputada, agradeço à senhora a coragem, um dos principais combustíveis para se lutar. Não poderia ser diferente. V.Exa. nos representa muito bem, deputada Paula Belmonte, pois é uma parlamentar independente, determinada e incansável na busca pelo bem das pessoas, do ser humano, das famílias. Eu sou testemunha disso, pois acompanho de perto essa luta. Sou seu fã – não preciso nem dizer. (Risos.)

Eu costumo dizer que, cada vez que uma pessoa conhece mais a deputada Paula Belmonte, ela a admira mais por essa determinação incansável na busca do bem comum. Deputada, a senhora tem o meu respeito por isso e porque é uma pessoa íntegra.

Nessa busca, nós pensamos em como os servidores... como é fruto desse trabalho... Para simplificar, deputada, em nome dos servidores, quero agradecer à senhora a sensibilidade em amenizar o sofrimento que tem acometido muitos servidores, juntamente com a disposição, sim, do presidente do BRB, com todo o seu corpo técnico e com todos os membros aqui representados pelos servidores. A Silene registrou muitíssimo bem isso e por isso eu fiz questão também, Silene, de mencionar os servidores da Frente Unificada da Saúde, os companheiros da radiologia, da saúde bucal, o nosso amigo do Sindsep, a turma da segurança e todos esses coletivos.

Temos buscado o bem comum, com a liderança da deputada Paula Belmonte. Depois de todo esse trabalho realizado, nós temos a certeza de que muitos servidores têm a oportunidade de voltar a sonhar, de ter uma qualidade de vida, com dignidade para si e para sua família. Eu espero que, como fruto do grande esforço desse grupo, os servidores tenham paz em seus corações e, como já registrado, tenham um Natal amenizado e um Ano-Novo cheio de esperanças de dias melhores para todos.

Muitíssimo obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, Dataniel.

Eu agradeço, recebo, mas penso que tudo isso que foi construído também o foi com vocês, porque vocês se esforçaram para que nós pudéssemos representá-los melhor.

Registro a presença dos outros parlamentares que fazem parte desta comissão: deputada Dayse Amarilio; deputado Gabriel Magno, deputado Max Maciel; deputado Ricardo Vale. O deputado Wellington Luiz também sempre nos apoiou. Além disso, eu vejo que quem começou a condução dessa sensibilidade – temos de registrar – foi o deputado Roosevelt, o autor da Lei nº 7.239/2023.

Registro que só é possível trazer esse resultado com essa junção de parlamentares à sociedade civil. Assim, eu gostaria de dizer o seguinte: isso somente foi possível porque o BRB também se disponibilizou. Desde o primeiro momento em que nós conversamos, o presidente Paulo Henrique

sugeriu fazermos esse grupo de trabalho. Inclusive, eu quero deixar registrado isso. Toda a diretoria que está aqui hoje sempre se disponibilizou para fazer o grupo de trabalho.

Foi uma junção de pessoas. Também fica o nosso reconhecimento à Casa Civil, na pessoa do Medeiros, mas citando também o Gustavo Rocha, que está presente. Muito grata.

Eu passo a palavra agora para um senhor que estava muito exaltado naquele dia da audiência, de quem eu não esqueci o nome, o Antônio, o nome do meu pai. Espero que o senhor esteja bem. Hoje eu estou vendo o senhor bem mais calmo – não é, Elied? – com essa boa notícia.

Concedo a palavra ao senhor Antônio Alves Silva.

ANTÔNIO ALVES SILVA – Boa tarde à plateia que assiste a nós. Boa tarde à deputada Paula Belmonte, uma mulher guerreira, uma mulher que Deus iluminou para nos dar a esperança de termos um encontro com os magistrados do BRB.

Por isso, agradeço, em primeiro lugar, a Deus. Ele é o responsável por todo esse conclave que está aqui. Ao mesmo tempo, quero agradecer à deputada Paula Belmonte, porque Deus a iluminou e iluminou os seus colegas. Ele a iluminou para trazer esses homens para iluminar os nossos caminhos de superendividados.

Por isso, companheiros e companheiras, eu estou aqui hoje cheio de esperança de que minha família realmente possa ter condições de sobreviver. (Choro.) Não era possível aguentar do jeito que estava. Foi injustiça demais o que esse BRB fez conosco, servidores. Se não fôssemos nós, esse banco não existiria. Porém ele, na hora em que nós mais precisávamos, em que todos os nossos filhos estavam desempregados por causa da covid, cruzou os braços e virou as costas para nós. Enquanto outros bancos davam subsídios de 3 meses para os clientes, ele nos prejudicava durante esse tempo todo. Nós ficamos sem dinheiro até para comprar pão.

Nossas famílias hoje estão se reduzindo a nada. Esse banco era um banco popular, era um banco social anos atrás. Infelizmente, agora – não estou me referindo a governo *a* ou a governo *b* –, o governo que está aí fez essa maldade conosco. Não sou *a*, nem *b*, mas quero dizer que Deus encaminhou esta madame à Câmara Legislativa para poder levantar o moral do funcionário público.

Obrigado, deputada Paula Belmonte. Que Deus a ilumine mais ainda! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Senhor Antônio, o senhor fez todos chorarem aqui.

ANTÔNIO ALVES SILVA – Eu também queria fazer uma pergunta.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O senhor pode fazê-la.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Fale ao microfone para todos registrarem, senhor Antônio.

ANTÔNIO ALVES SILVA – Eu gostaria de saber como serão calculadas as dívidas das pessoas que têm 5 empréstimos no contracheque e 2 empréstimos na conta corrente até 2015. Se o dono da dívida morrer, os herdeiros vão ter que pagar?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Esse contrato prestamista, senhor Antônio...

Primeiro, quero agradecer ao senhor. Eu me recordo muito bem da sua emoção e de como o senhor estava naquele dia. Isso mostra o quanto vale a pena, muitas vezes, estarmos aqui, em um mandato, para representar a população. Então, eu agradeço ao senhor de coração e fico muito feliz pelo senhor estar conseguindo resolver sua situação.

Eu fiz aqui um pedido ao Hugo e ao presidente para que algum diretor anote o telefone dele. Ele já está em uma condição de atendimento, mas é preciso, realmente, dar uma atenção especial ao caso do senhor Antônio – se puderem.

O senhor não vai morrer, ouviu? O senhor tem muitos anos de vida e nem pense nisso.

O presidente vai explicar a questão para o senhor.

PAULO HENRIQUE COSTA – Senhor Antônio, eu espero que o programa, de fato, consiga atendê-lo e que essa tranquilidade perdure por muito tempo. De verdade, parte-nos o coração ver essa situação e como ela causou dor ao senhor.

Com relação ao cálculo das dívidas, elas serão unificadas em contratos pela média das taxas de

juros. Se o senhor tiver uma dívida antes, com uma taxa de juros mais baixa, essa taxa de juros mais baixa vai prevalecer. Aquilo que exceder o contrato ou os contratos com essa taxa mais baixa ficará com essa taxa de 1,45%. É importante pegarmos o seu caso, especificamente, para entendermos e vermos a aplicação. A informação de que há 3 contratos, ou 5 cinco contratos e consignados, mais 2 ou 3 na conta não é o suficiente para entendermos a situação e vermos o impacto dela. Mas, de uma maneira resumida, irá prevalecer a menor taxa que o senhor tem ou o limite de 1,45% de taxa.

Em relação à sucessão, é por isso que é importante o seguro prestamista, ou seja, ele encerra o assunto se acontecer alguma coisa ou se o devedor, o cliente, vier a falecer no tempo. Ele garante essa tranquilidade para a família.

De novo, eu queria muito me sentar com o senhor, entender o caso concreto, para prestarmos todos os esclarecimentos, está certo? Eu vou pegar com a Elied o seu telefone para nos sentarmos e olharmos isso, está bom? Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O senhor nem imagina. Ele falou que estava sujeito... Da forma que ele falou, ele ia estar na Papuda. Vocês se lembram disso?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Mas o senhor não vai ficar nem em um lugar nem em outro. O senhor vai ter saúde e felicidade. Que Deus o abençoe.

Eu vou passar agora a palavra... Antes eu quero reconhecer que uma das pessoas que eu já vi se emocionar na defesa dos senhores foi o doutor defensor Antônio Cintra. Ele não está aqui agora, mas eu acho que ele merece uma salva de palmas. (Palmas.) Ele hoje não está aqui presente porque está passando por um processo cirúrgico – uma coisa simples –, mas fica aqui o nosso reconhecimento a todos os servidores do trabalho. A Defensoria está aqui com o seu representante, o senhor Alexandre Ribeiro.

Concedo a palavra ao senhor Alexandre Ribeiro.

ALEXANDRE RIBEIRO – Cumprimento a Deputada Paula Belmonte, através de quem eu cumprimento todos os membros da mesa.

Em razão do adiantado da hora, eu vou ser breve, mas eu não poderia deixar de registrar aqui a emoção da Defensoria Pública na construção que foi feita por esse grupo de trabalho para o problema do superendividamento. Eu acho que o depoimento do senhor Antônio é o depoimento que nós vivenciamos ao longo de 15 anos dos superendividados do Distrito Federal.

Era um grito que muitas vezes não era ouvido pelas outras pessoas, não era ouvido pelo Poder Judiciário, não alcançava as ruas, mas essas pessoas estavam lá sofrendo, e nós defensores nos ressentíamos de não conseguir uma solução mais efetiva para esse problema.

Então, eu fico extremamente feliz pela solução que foi construída por esse grupo de trabalho aqui hoje. Não posso deixar de registrar isso e de parabenizá-los pela solução que foi criada. Eu sei que, ao longo desse processo, a Defensoria teve, às vezes, um papel duro de embate com o BRB, tanto no âmbito judicial como extrajudicial. Mas também não posso deixar de reconhecer aqui o esforço que foi feito para que pessoas como o senhor Antônio fossem ouvidas hoje.

Então, primeiramente, eu queria fazer esse registro dessa vitória que foi conquistada. Torcemos para que o programa possa ser implementado da melhor maneira para que essas pessoas tenham a solução o mais rápido possível. Que possam ter um Natal mais aliviado e um Natal condizente com o clima que essa data realmente invoca.

Eu queria também trazer aqui – não posso deixar de lado o meu lado técnico – alguns questionamentos que acho que são importantes para que possamos aclarar ainda mais, embora eu ache que a exposição tenha sido muito clara. São alguns pontos importantes.

Presidente Paulo Henrique, nós temos casos de superendividamento – que são, geralmente, aqueles que mais se socorrem da Defensoria Pública – em que as pessoas estão realmente em um nível de endividamento muito alto, com 100% da renda comprometida, às vezes até mais, e só não tiram mais porque realmente elas não têm.

Eu gostaria de saber se foram feitas simulações nesse programa para ver se essas pessoas, que são as que mais necessitam, conseguirão ser contempladas dentro das regras que foram

estabelecidas.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Fica aqui registrada também que essa conquista é nossa, principalmente...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Pode fazer todas as perguntas. Todas elas serão respondidas.

ALEXANDRE RIBEIRO – Está bem.

A outra questão é sobre as taxas apresentadas. São 3 taxas previstas: a do BRBServ, o consignado, de 1,45% ao mês; a do crédito pessoal, de 2,75%; e a de renegociação, de 1,45%.

Confesso que eu, em um primeiro momento, imaginei que a renegociação seria justamente para todas as hipóteses e que englobaria as outras 2 situações. Mas, a partir da fala do senhor Hugo, deu-me a entender que, uma vez comprometida a margem consignável de 35%, o restante – até alcançar os 40% – seria calculado com juros de 2,75%. É isso ou não? É tudo dentro da margem de 1,45%?

Outra questão: aqueles que haviam solicitado o cancelamento dos descontos em conta por outros meios – por escrito, mas por outros meios – deverão refazer essa solicitação pelo canal do programa, caso entendam que o programa não atende a necessidade deles? Essa é outra questão.

Outra questão diz respeito ao provisionamento de dívidas, em especial de dívidas de cartão de crédito. Nós temos, muitas vezes, conseguido que alguns provisionamentos sejam liberados por meio de ofício, por meio da Defensoria Pública – expedidos pela Defensoria Pública –, mas, via de regra, esse não provisionamento perdura durante alguns meses e, depois, esse provisionamento é feito de novo. Há algum tipo de diretriz para os gerentes do BRB para que isso não seja feito, em especial, para com aqueles que aderiram ao programa?

Acho que a outra questão que eu teria já foi respondida pelo senhor Hugo. Era a respeito da preocupação que nós temos, às vezes, com o fenômeno da amortização negativa ou da amortização ínfima, que é muito comum nos contratos de cartão de crédito RMC. O BRB não trabalha muito com essa linha, mas vivenciamos esse drama em outros casos. Por exemplo, se a margem consignável de 40% comportar o pagamento em menos de 144 meses, será feito o pagamento da forma mais célere possível para que não haja um risco de alongamento muito grande e, com isso, a amortização seja muito pequena, perpetuando assim a dívida ou fazendo com que a dívida se alongue mais do que seria necessário?

Eram essas as questões. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, senhor Alexandre.

Concedo a palavra ao presidente do BRB, para responder.

PAULO HENRIQUE COSTA – Doutor Alexandre, em primeiro lugar, parabéns pelo trabalho da Defensoria, que, certamente, foi determinante, junto com o trabalho desta casa, para abrir mais ainda os nossos ouvidos para as vozes que pediam uma solução. Acho que, de fato, uma das características da construção desse programa foi a atuação ativa de todos os envolvidos, seja no Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário, seja nas representações dos servidores.

Vamos lá. Vamos responder às perguntas especificamente. A nossa visão é que os servidores com um comprometimento muito elevado... Na verdade, a nossa visão é que todos serão atendidos pelo programa. Então, não devem remanescer, diferentemente de outros programas, casos não atendidos. O programa foi desenhado para que se trate qualquer comprometimento de renda acima dos 40%. Se houver alguma situação em que, por alguma razão, isso não aconteceu, todos os canais estarão abertos para conversarmos. Vamos pegar aquele caso específico, mas certamente terá sido um erro operacional e não uma questão do programa. O programa sana todas as situações.

Cancelamento dos descontos. Os descontos devem ser solicitados. Se algum caso não foi atendido pelo programa, devem ser solicitados os descontos. Estamos com um olhar cada vez mais atento a isso.

Provisionamento de dívidas. O provisionamento de dívidas vai continuar a existir, mas observados os 40% de comprometimento. Então, os valores serão eventualmente muito reduzidos. O provisionamento vai virar uma coisa corriqueira do dia a dia do débito somente daquelas parcelas do complementar até os 40% dos produtos que foram além do consignado. De novo, eu acho que

precisamos só tomar o cuidado de ter o entendimento de que vai mudar significativamente o valor do provisionamento por mês nas contas. É um débito em conta, é um débito automático.

HUGO ANDREOLLY – Na verdade, seria um débito automático.

PAULO HENRIQUE COSTA – É um débito automático. Cada banco dá um nome. No nosso caso, o débito automático, quando é previsto antecipadamente, é chamado de provisionamento, mas é comum a existência da prática em todos os bancos pela opção de débito automático em conta.

Quanto a essa questão do alongamento do prazo para os clientes em que a condição de dívida possa ser sanada num prazo inferior a 144 meses, vamos oferecer alternativa. Acharmos que cabe ao cliente decidir se ele quer alongar o prazo e reduzir o valor da parcela ou já usar os 40% que pode e pagar num prazo menor – de 60 meses, 70 meses, 80 meses.

Eu queria passar a palavra ao Hugo só para ele detalhar a dinâmica dos produtos, da ordem das simulações que fizemos e trouxemos aqui.

HUGO ANDREOLLY – A sua pergunta é importante. Como sinalizamos, buscamos primeiro a melhor condição, que seria a do contracheque. Lá não está na ordem. Lá o CPP é trazido com a taxa maior antes, no meio. Talvez por isso tenha surgido a pergunta.

Nosso objetivo é trazer a menor taxa, que é a do contracheque. Se ocuparmos toda a margem e ainda não couber tudo, faltarem 5%, traremos a renegociação que tem a menor taxa e o maior prazo – é a segunda menor taxa. Se por algum motivo, ainda não for suficiente, ainda havendo espaço na margem, traremos o CPP ou, em alguns casos, uma parcela balão. O objetivo disso é enquadrar a melhor taxa na melhor condição, seguindo esta ordem: primeiro, o contracheque; depois, uma renegociação; e, em algum outro caso, o CPP.

Há algumas ordens. Os gerentes foram orientados nesse ponto. Claro que cada caso é um caso. É até complexo trazer aqui um caso e demonstrar isso de fato, porque é feita uma análise para encontrar a melhor condição para o cliente nesse enquadramento.

Eu acho que ficou claro. É esta a ordem: a melhor condição, com a melhor taxa, dentro dos prazos.

ALEXANDRE RIBEIRO – Eu acho que um aspecto muito importante desse programa foi a criação de uma central com gerentes específicos, treinados para fazerem esse atendimento. Acho que isso realmente demanda um olhar diferenciado.

Durante muito tempo, a Defensoria Pública possuiu um canal de contato muito bom com BRB para tentativa de composição extrajudicial. Lembro que, quando eu assumi a Coordenação do Núcleo do Consumidor, há 15 anos, nós estabelecemos um canal de contato em que conseguimos fazer várias renegociações extrajudiciais por meio desse tipo de tratativa.

Então, eu gostaria de fazer um convite ao presidente e aos diretores, para que possamos reavivar esse canal, até porque, como a deputada colocou, às vezes, o consumidor diz que não conseguiu acessar o banco em razão das mais diversas dificuldades. Há dificuldade, às vezes, até de se digitalizar o documento.

A Defensoria se coloca, inclusive, à disposição daqueles têm esse tipo de dificuldade, seja no âmbito do controle dos processos digitais, seja por não haver instrumental adequado para fazer esse trabalho, para auxiliar as pessoas que estejam com dificuldades nesse sentido. Que possamos reavivar esse canal, presidente, até para evitarmos a judicialização. Que nós possamos tentar sempre fazer essa composição extrajudicial, que é o modo mais célere e o mais ágil para todos.

PAULO HENRIQUE COSTA – Doutor Alexandre, considere reaberto o canal.

Está aqui o nosso diretor jurídico, doutor Bruno Rangel, que assumiu recentemente a posição. Eu vou pedir, doutor Bruno, que procure o doutor Alexandre e já restabeleça o canal. Faça uma visita a ele para que possamos alinhar os procedimentos e a forma como vamos trabalhar.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata, doutor Alexandre. Fica aqui a nossa gratidão à Defensoria Pública. Na pessoa do senhor, agradeço também ao doutor Antônio Cintra.

Passo a palavra agora ao Johnson Rodrigues, que apresentará algumas perguntas.

JOHNSON RODRIGUES – Boa noite a todos. Agradeço, principalmente à deputada Paula Belmonte, o convite.

Meu nome é Johnson Rodrigues. Sou veterano da Polícia Militar do Distrito Federal, contudo

não estou representando nenhuma associação – só para constar mesmo, porque somos muito rigorosos dentro da caserna.

Eu gosto de começar sempre por elogios. Vou elogiar uma pessoa que nem presente está. Quero elogiar uma gerente chamada Emanuele – ela é da 509 Sul –, pelo tratamento humanitário que ela dispensou a mim. Isso tudo por meio do doutor Diogo, que tem cuidado do meu caso.

Eu vou ser bem breve, em função do adiantado da hora.

Há algo sobre o que temos conversado quase que em todos os nossos encontros. Para constar, as cópias dos contratos – o doutor Hugo falou disso agora – serão disponibilizadas no *app*. Pergunto: e quando o cliente for à agência pegar esses contratos, eles vão ser gratuitos ou vão ser da forma em que se encontram hoje, pagos?

Para vocês do BRB, qual é a margem de erro, na tecnologia do BRB?

Para constar também, porque muita gente me ligou nesses 3 dias, perguntando por que o cartão de crédito não entrou, mas eu vi que está aqui. Então, o que eu deixaria como sugestão, já que vocês vão fazer um encontro virtual com os 800 gerentes de vocês, é que isso fique bem claro para eles. Eles já falam: “Não, o cartão está fora”. A pessoa já se levanta e vai embora. É só o tratamento humanitário. Não sei se chegou, Diogo, para o senhor, mas, se for o caso, eu vou encaminhar o elogio que eu fiz para a Emanuele.

Obrigado, boa noite e boa sorte, deputada.

PAULO HENRIQUE COSTA – Johnson, em primeiro lugar, registro o quanto você é ativo, o quanto você participou de todas as reuniões e o quanto foi rigoroso no processo inteiro. E fico feliz que a Emanuele esteja cumprindo o papel e tratando os clientes da forma como orientamos, como treinamos. Que bom que isso começou a reverberar, de fato, no nosso dia a dia!

Como o doutor Alexandre mencionou aqui, nós também procuramos disponibilizar 2 agências especiais, a da 509 Sul e a agência virtual, para o atendimento pelos outros canais virtuais que disponibilizamos, exatamente para que se retire uma relação desgastada do processo de negociação e de construção da solução, e seja trazido um ambiente especializado, padronizado quanto à disposição para atender.

A regra atual em relação aos contratos é que a primeira via é gratuita, a segunda via é cobrada. Esperamos que essa disponibilização digital também simplifique, facilite e não termine, na prática, virando cobrança. O banco tem um projeto de papel zero na instituição, até por cuidado ambiental, por isso sempre orientamos que busquem o canal digital.

Margem de erro na tecnologia. Não trabalhamos com uma margem de erro específica. O trabalho é todo direcionado a que as soluções funcionem, atendam. Muitas vezes, quando você se refere à margem de erro, está falando de não incluir alguém, de uma visão de cálculo equivocada da renda. Eu acredito que isso pode ser muito mais associado a uma informação desatualizada do que a uma margem de erro de sistema mesmo. Por isso, reforçamos a importância da disponibilização dos documentos, da disponibilização do contracheque, da disponibilização do Imposto de Renda. Isso vai permitir um cálculo mais preciso, uma informação mais ajustada, o tratamento das verbas que não serão consideradas no cálculo...

(Intervenção fora do microfone.)

JOHNSON RODRIGUES – Havia empréstimo consignado no contracheque, foi duplicado na conta corrente. Isso tocou na vida de muita gente.

PAULO HENRIQUE COSTA – Aconteceu uma situação recente, sim. Recebemos 2 vezes o mesmo arquivo para processar, e houve dois processamentos. Foi em um sábado, de uma sexta-feira para um sábado.

JOHNSON RODRIGUES – Isso.

PAULO HENRIQUE COSTA – Mobilizamos toda a estrutura do banco para que isso fosse sanado. De fato, não se espera que ocorram, mas situações operacionais não previstas como essa acontecem. O que fazemos é tentar remediar, sanar, corrigir o mais rápido possível. Acredito que, às 2 horas da tarde desse mesmo sábado, já tínhamos tratado de boa parte dos casos. Entramos em campo no primeiro alerta. Existe um grupo de incidente que acompanha a rede. O primeiro alerta veio acho que às 8 horas da manhã do sábado. Todo o time se mobilizou e procurou sanar o problema ainda naquele dia.

Reforçaremos a informação em relação ao cartão. É um tratamento de todas as dívidas recorrentes ou mensais, à exceção do habitacional, como falamos mais cedo na pergunta da Danielly.

Nós vamos reforçar tudo. Nós tínhamos uma nova videoconferência com todos os empregados do banco hoje às 17 horas e 30 minutos. Em função de nós estarmos aqui, ela não foi feita. Nós vamos repassar, inclusive com todos os empregados, a mesma apresentação, as mesmas orientações que nós estamos passando aqui. Já treinamos, já fizemos isso. Vocês viram o vídeo com o auditório lotado, mas nós vamos fazer de novo até que alcancemos o atendimento com o padrão de excelência que nós procuramos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Senhor Johnson, fico grata. Espero que o senhor seja atendido.

O Johnson esteve em algumas reuniões do grupo de trabalho. Inclusive foi importante a presença dele para mostrar a emoção do sofrimento de algumas pessoas. Então, eu quero agradecer-lhe e registrar isso.

Quero também registrar que houve reuniões só com os parlamentares, mas sempre com muita transparência, até para toda a dinâmica. As associações estavam presentes. Eu, particularmente, como presidente da Comissão de Fiscalização e Transparência, sempre visei à transparência. Mesmo quando havia uma reunião só com os parlamentares, na reunião seguinte nós trazíamos todos os assuntos para que nivelássemos o conhecimento. Quero deixar isso registrado.

Qual é o nome do senhor?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Gente, eu vou fazer o seguinte: vou deixar só o senhor falar. Depois falará o Jabá, para nós podermos encerrar, porque eu tenho mais 3 agendas hoje e minha pressão estava em 18 por 15. Então, realmente eu estou precisando...

WESLEY MENDES SALES – Está sentindo que baixou? Eu mandei um remédio para a senhora.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu vi. Eu já tomei aqui, mas eu tenho aneurisma cerebral. Então, eu tenho que ter muito cuidado com isso. Não é brincadeira, não.

WESLEY MENDES SALES – Tem que ter calma.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Então, vamos lá.

WESLEY MENDES SALES – Boa noite para todos, para a tribuna e a deputada Paula Belmonte. Eu tenho acompanhado a senhora na internet. A senhora é lutadora, é guerreira. A senhora é briguenta mesmo, graças a Deus.

O que eu quero dizer é o seguinte: eu sou primeiro-sargento da Polícia Militar e eu quero falar sobre os meus colegas. Nós policiais militares temos uma situação diferenciada. O policial militar é um funcionário público diferenciado porque é um policial armado.

Senhor diretor, eu quero parabenizar o senhor.

É o seguinte: nós perdemos muitas noites de sono. Eu trabalhei 30 anos na Polícia Militar, trabalhei à noite e me deparei com muitas situações diferenciadas. Enquanto muitos estavam dormindo, eu estava na rua trocando tiro com vagabundo. E perder noites de sono abala o sistema nervoso, e há certas atitudes que muitas vezes certos colegas não conseguem segurar devido ao sistema nervoso abalado pela perda de muitas noites de sono. E é um funcionário público armado, senhor presidente do BRB. É um funcionário público armado.

Eu estive no banco do Setor Policial Sul anteontem. Eu cheguei lá e presenciei uma situação difícil. Os colegas chegaram lá sem ganhar salário nenhum. O BRB descontou todo o salário. Inclusive, eu trouxe aqui um extrato meu. Eu estou sem Natal e sem salário. Está aqui. O BRB descontou todo o meu salário e o meu 13º todinho. O meu salário é 7 mil e veio 0. Aqui está o comprovante para atestar isso para o senhor.

Eu queria que o senhor preparasse melhor os seus gerentes para lidar com certas situações, exatamente com relação a esse funcionário público, porque é um policial armado. Até as gravações eu posso passar para o senhor e para a deputada, onde os colegas bateram na mesa, tentaram até agredir o gerente. É um policial diferente, que perdeu noite de sono, que presenciou várias situações inusitadas.

Há policiais que entram para o mundo das drogas, há policiais que estão se suicidando. Eu

queria que o senhor tivesse uma atenção diferenciada com o seu gerente, para saber lidar com certas situações, para lidar com esse funcionário público, que é um funcionário público armado, entendeu? É um policial que perdeu noite de sono, é problemático.

Meu caso é o seguinte, minha mãe está aqui ao lado, ela está com 80 anos. Eu já cansei de ir ao banco com minha mãe, e ela receber 0 de salário. O senhor sabe quanto que a minha mãe gasta de remédio por mês? Ela gasta 500 reais, e o salário dela é de 1.500. Eu já cansei de levá-la ao banco, e ela sair sem 1 real do BRB do Guará. É isso que eu falo para o senhor.

Quando se trata de dinheiro... E foi o dinheiro que levou Jesus para a cruz. Eu estou sendo bastante sincero. Quando se trata de dinheiro, trata-se de autoestima; quando se trata de autoestima, trata-se de vidas. Vidas. O que é vida? É remédio, alimentação, aluguel. Esse mês eu tenho que pagar meu aluguel, eu não sei de onde eu vou tirar. Eu tenho que comprar remédio, porque eu tomo remédio controlado, tenho problema de pressão – inclusive, eu forneci até para a deputada.

Nesse mês, eu não tenho dinheiro para comprar remédio, eu não tenho dinheiro para comprar comida e eu também não tenho dinheiro para pagar aluguel. Zero o meu salário aqui. Eu fui conversar com o gerente e falei: “Meu amigo, como é que a gente pode resolver essa situação?” O gerente do Setor Policial Sul, Wagner. Eu falei: “Gerente, dá para o senhor me ajudar? Eu preciso de um meio de sobrevivência.”

Há um meio existencial que está na lei, e nem isso o BRB está cumprindo. Eu estou pedindo que o BRB cumpra os 40%, que já dá o limite, mas que cumpra o meio existencial. Eu pergunto ao presidente do BRB: o senhor consegue viver com 0 de salário? É essa a pergunta que eu faço para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

É importante dizer que, em 2019, quando deputada federal, eu recebi um grupo de policiais militares. Uma das pessoas não está mais aqui conosco – eu vejo também policiais adoecendo.

Aliás, quero registrar a minha gratidão a toda a polícia militar, independente do que aconteceu no dia 8 de janeiro, aqui fica a minha gratidão. Eu sei que os senhores se esforçaram ao máximo para que Brasília, a segurança pública do Distrito Federal, seja e continue sendo uma referência na segurança pública.

O que o senhor nos traz é uma realidade. Aproveito essa oportunidade para falar que já combinei com o comandante-geral de nos reunirmos, porque precisamos dar um apoio emocional para todos os policiais. Hoje, eles não fazem parte do Inas e têm um plano de saúde que não os está atendendo. Entendemos isso. E há a questão do comprometimento de 100% do salário.

Lembramos que existe uma lei que determina que só podem ser descontados 40% do salário. Eu estava aqui perguntando para o Hugo como podemos resolver essa situação. Acho que o presidente pode também trazer uma luz. Estamos falando de uma série de famílias que, infelizmente, não têm o mínimo de seus salários. Por isso também a importância de um representante da Casa Civil presente nesta comissão geral. A Casa Civil quer que seus servidores sejam bem tratados. É por isso que o secretário Gustavo Rocha sempre nos apoiou nessa causa. Isso tem um reflexo direto no governo, como o senhor disse.

Estão aqui professores, auxiliares e técnicos de enfermagem, médicos... O endividamento não tem classe social. É uma realidade em que estamos vivendo. Por isso, fizemos a junção nesse grupo de trabalho. É importante um representante da Casa Civil estar aqui para entender essa realidade e para ser um guardião da saúde mental dos servidores. Não é isso, senhor Medeiros? (Pausa.)

É por isso que nós estamos aqui, além de um representante do Procon e de um defensor, que também estão aqui.

Mais ainda. Estamos vendo a sensibilidade do BRB. Aqui estão alguns diretores, superintendentes e o presidente do BRB. Eles estão mostrando sensibilidade aos servidores. Esse é o nosso registro.

WESLEY MENDES SALES – Eu só gostaria de terminar as minhas perguntas.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Peço ao senhor que só coloque o seu nome aqui, para que fique registrado.

WESLEY MENDES SALES – Meu nome é Wesley Mendes Sales. Sou primeiro-sargento da Polícia Militar. Eu tenho excepcional comportamento. Não tenho crime nem nada. O meu problema é só as dívidas.

Já fiz vários acordos com o BRB. Sou cliente do BRB há 40 anos, desde quando entrei na Polícia Militar. Todas as vezes em que vou fazer acordo com o BRB, a dívida dobra. Sobre isso há uma pergunta que ninguém fez, até agora.

Todas as vezes em que vou fazer acordo... Vamos supor que eu devia 100 mil reais. Fui fazer um acordo com o BRB, e a dívida foi para 200 mil. Depois, tornei a fazer um acordo com o BRB, e a dívida foi para 300 mil. Agora, já está em 400 mil reais. Eu não peguei esse dinheiro, de forma alguma, no BRB. Eu não peguei 200 mil. Nem eu peguei, nem o BRB empresta esse valor. Mas a minha dívida já está em 400 mil reais. Ouviu, senhor presidente?

O que está sendo colocado aqui é o seguinte: existe a lei do deputado Roosevelt. Que Deus o abençoe bastante. S.Exa. nos ajudou bastante com a lei dos 40%. Existe a lei que determina que só se pode descontar, no máximo, 40% do salário. Mas, por outro lado, as pessoas confundem as coisas e esquecem que a dívida continua. A dívida vai rolando.

O que o senhor presidente do BRB está fazendo é uma coisa muito, muito, muito maravilhosa. Está fazendo com que se reduzam os juros e as dívidas. Isso faz com que um dia nós paguemos as dívidas, de uma forma ou de outra. É muito importante o que o senhor está fazendo para nós. Que Deus o abençoe.

A pergunta que eu quero fazer é a seguinte: com essa lei dos 40% que foi aprovada...

Eu fui obrigado, senhor gerente, a executar o BRB porque eu falava com o gerente, tentava um acordo, mas ele dizia "não" para mim. O que eu fiz? Tive que procurar um meio. Qual meio? A justiça. A válvula de escape que temos é a justiça. Perguntam-me: você quis isso? Não! Eu nunca quis executar o meu banco. Primeiro porque estou no banco há 40 anos. Nunca tive interesse em executar o BRB, mas fui obrigado a executá-lo.

Nós que estamos executando o BRB dificilmente ganhamos a causa. É praticamente impossível ganhar uma causa do BRB. O que ganhamos? Liminares, mas o BRB as derruba e fica aquele buracão: se tínhamos uma dívida x, ela vai para xy. Eu já perdi minha causa, já foi arquivado meu processo. Fui ao gerente ontem e falei: "A dívida já foi arquivada! Pelo amor de Deus, vamos fazer um acordo porque estou com zero salário. Como vou viver? Como vou passar o Natal?" Zero salário. O BRB debitou 7 mil.

Além de eu ter perdido a causa, o juiz sentenciou que o BRB pode descontar a dívida de mim deliberadamente. Percebi, com essa situação, que, além de eu ter ganhado 0 de salário neste mês, não vou ter mais salário, porque tenho uma dívida de 400 mil, que passou agora para 500 mil reais. Se o juiz definiu na sentença que a dívida pode ser descontada de mim deliberadamente, nunca mais terei salário. Estou desempregado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Wesley, você não vai ficar desempregado. Nós vamos resolver isso. É por isso que estamos aqui. O presidente, com certeza, vai falar sobre isso. Peço ao Bruno que verifique isso. Hoje existe uma lei a ser cumprida de desconto de, no máximo, 40%.

WESLEY MENDES SALES – O BRB não a cumpre.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Mas ele vai cumpri-la, é por isso que estamos aqui. Não quero responder daqui para lá, mas a conduta é trazer o que vai ser feito. Esse é meu compromisso com os senhores.

Minha função é fiscalizar o que tem que ser feito. Então, tenha certeza de que estamos juntos. Inclusive o presidente está junto nesse compromisso. Há algo muito simbólico acontecendo, e algumas pessoas conseguiram entender a grandiosidade disso. Há uma comissão com 5 parlamentares, mas 100% dos parlamentares estão olhando para isso. Há, também, a Casa Civil; o presidente do BRB; o doutor Marcelo, do Procon; e a Defensoria Pública. Todos nós estamos deixando registrados os nossos compromissos nesta audiência pública.

Minha função como deputada é fiscalizar e vou exercê-la, se necessário. Tenho certeza de que isso não será preciso porque estão presentes o presidente, a diretoria e a superintendência. Vamos olhar esses casos. O senhor pode ficar tranquilo com relação a isso. O presidente vai falar como vai proceder. Depois alguém vai pegar o telefone do senhor para conversar.

O senhor quer falar?

WESLEY MENDES SALES – Deixe-me encerrar. Há pessoas que estão se suicidando, senhora presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu sei, eu falei isso aqui.

WESLEY MENDES SALES – Há pessoas se matando. Há pessoas, como foi falado, que trabalham na saúde, que estão tratando da saúde das pessoas e estão doentes. Estão doentes porque, quando se trata de dinheiro, trata-se de autoestima. Quando se fala em autoestima, fala-se de vidas. E vidas são vidas. Remédios, comida, aluguel, uma série de coisas.

Eu agradeço à senhora. Muito obrigado, deputada. Que Deus abençoe bastante a senhora. Nós da Polícia Militar ajudamos a eleger muitos deputados, inclusive o deputado Hermeto, que é nosso amicíssimo. Elegemos ainda o deputado Fraga, que também está nos ajudando.

E uma coisa eu vou falar para os senhores: a partir do mês que vem, nós da Polícia Militar, estamos arriscados a perder R\$1.700,00 da nossa conta, porque o presidente Lula derrubou o nosso auxílio-moradia, entendeu? Eu não sei o que vai ser daqui para frente, agora será: salve-se quem puder.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata pelo depoimento do senhor.

Gente, eu vou pedir licença, porque eu realmente não estou me sentido bem. Então, eu estou pedindo aos senhores, nós estendemos esta reunião, mas, se os senhores puderem ser mais objetivos, eu agradeço. E também gostaria de dizer que a diretoria está à disposição dos senhores. O meu gabinete – o gabinete 22 – e os gabinetes de todos os parlamentares estão à disposição dos senhores também, para que possamos juntos construir a saúde mental das pessoas, como foi bem dito aqui.

Neste momento, passo a palavra ao presidente Paulo Henrique.

PAULO HENRIQUE COSTA – Deputada, eu acho que a questão central... De novo, Wesley, precisamos ter uma atenção muito especial a essas situações de comprometimento mais alto de renda. Eu acho que o importante é você se inscrever o mais rápido possível. Você trouxe um alerta em relação a treinamento, também, precisamos direcionar os casos cuja relação já está desgastada para essa agência da 509 Sul ou para o atendimento digital. Isso é chave. Essas pessoas estão mais treinadas, estão prontas, estão em condição de resolver.

Eu interpreto quase como uma sugestão que você fez aqui, é começarmos a fazer a busca ativa dos clientes que têm um comprometimento de renda mais alto. É mais um compromisso que assumimos, deputada. Nós vamos começar a ligar para os clientes que têm um comprometimento de renda mais alto, a partir de 80%, para procurar antecipar o atendimento e fazer um atendimento específico e mais rápido das situações de maior comprometimento, portanto, mais críticas.

E claro, temos um carinho enorme pelas forças de segurança. Entendemos a sua importância, somos gratos a elas. Poucos sabem, eu sou tenente R2 do Exército. Fui o primeiro colocado na Academia em Pernambuco, no CPOR. Então, vivi um pouco dessa situação por algum tempo. Tenho um carinho, um respeito, uma admiração enorme por todas as forças de segurança.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Muito grata.

Neste momento, passo a palavra ao senhor Lusimar Torres Arruda.

LUSIMAR TORRES ARRUDA – Boa noite a todos, boa noite, deputada Paula Belmonte. Quero cumprimentar a senhora e todos os componentes da mesa, cumprimentar o deputado Roosevelt, que não se encontra, pela felicidade de ter feito essa lei, que é muito importante para todos nós.

Meu nome é Lusimar Torres Arruda, sou mais conhecido como Jabá, sou sargento da Polícia Militar e suplente desta casa. O que meus 2 colegas policiais externaram aqui é uma realidade constante, deputada. Eu fico feliz por ver essa construção que está sendo feita pela casa, pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário. Eu espero que daqui para frente nós possamos escrever novos capítulos para essa história, de forma positiva.

Presidente, esses são questionamentos que eu ainda tenho.

Deputada Paula Belmonte, entre os vários policiais militares, há o pessoal que trabalha no Copom, por exemplo. São policiais que recebem gratificação, há também policiais comissionados na casa. Essas são coisas que realmente fogem do orçamento com o qual o BRB tem que trabalhar. Ele tem que trabalhar em cima daquilo que o governo estipula como base de cálculo para o Imposto de Renda. Por exemplo, se o salário de um sargento é de R\$8.500,00, o BRB precisa basear seus cálculos naquele salário – que é o valor considerado para o Imposto de Renda – para poder fazer o trabalho em cima das contas devidas, uma vez que o comprometimento da renda desse profissional de segurança

pública foi feito junto ao BRB antes de ele assumir o cargo comissionado. Muitos policiais não estão conseguindo fazer o acordo porque o banco quer pegar inclusive a renda de gratificações deles. Os que estão no Copom, por exemplo, ganham uma gratificação de R\$2.300,00, que não faz parte do salário, está ali periodicamente, como se fosse o pagamento pelo serviço voluntário, da mesma forma ocorre com os policiais que estão nas casas legislativas. Nós queremos que o BRB entenda que o salário do policial é o salário do policial militar e não o salário com alguns apetrechos. Nós sabemos que, se fizerem um acordo com o policial em cima daquilo que ele está ganhando a mais momentaneamente, logo, logo, ele sairá daquela função, e o acordo será prejudicado.

Em um outro ensejo, eu também queria pedir ao presidente que sustasse o processo durante esse período. Há vários policiais que entraram em contato comigo dizendo que não estão conseguindo se inscrever e que estão perdendo o salário. Hoje há vários policiais que estão sem salário, deputada Paula Belmonte, estão sem receber o salário deste mês, o salário está todo provisionado. Há essa situação. Por outro lado, não estão conseguindo datas, nem agenda – mesmo fazendo o cadastro. Eu gostaria que o banco analisasse e facilitasse essa situação dos profissionais de segurança pública.

Desde já eu lhe agradeço e lhe desejo melhoras.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Grata, muito grata.

Essa é uma realidade. O grupo de trabalho conversou sobre essa questão de se ter um cargo comissionado temporariamente. Deixarei para que o presidente e o Hugo falem, se desejarem.

Não vou dizer a partir de hoje porque hoje havia uma videoconferência com os gerentes, mas, na próxima reunião, haverá mais 140 pessoas atendendo à população.

PAULO HENRIQUE COSTA – Lusimar, obrigado pelas perguntas.

Em relação às datas a serem agendadas, como nós comentamos agora – e a própria deputada reforçou –, hoje há 20 pessoas no atendimento; a partir de segunda-feira, haverá 140. Esses atendimentos que foram agendados para frente ocorrerão de maneira mais rápida.

Sobre a composição do salário, como nós falamos, as verbas, as gratificações ou as remunerações eventuais foram discutidas junto às representações, e nós passamos a deduzi-las do cálculo da renda. No caso de comissão, desde que ela seja regular, constante e percebida, fará parte do cálculo da renda. O programa foi criado agora, em função da lei, e estabelecemos o limite de 40%. Quem perder a renda de algum cargo e estiver dentro do programa vai poder voltar e fazer uma nova negociação, um novo ajuste, em relação ao comprometimento da renda, fazendo com que sejam sempre observados os 40% que estão estabelecidos na lei. Acho que eu terminei cobrindo, com as duas respostas, todos os pontos.

Em relação a considerar ou não, deputada, a questão do cargo comissionado mais para frente, nós fizemos uma ampla discussão. Os servidores preferiram que fosse considerado o cargo comissionado. Claro, perdendo o cargo, haverá um tratamento específico à luz da lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Essa é uma discussão que nós tivemos, porque entendemos que existem pessoas que fazem o consignado considerando o valor da comissão, com possibilidade de pagar em dia; mas há outras pessoas que não têm essa possibilidade, porque perdem a comissão. Então, o que nós precisamos é que o banco tenha sensibilidade e veja o momento em que a pessoa se encontra.

Nós sugerimos, em um primeiro momento, fazer um projeto de lei para que não houvesse esse crédito aos comissionados, mas seria algo que atingiria outras pessoas que conseguem pegar esse crédito e pagar. Então, nós não podemos fazer uma legislação que possa prejudicar o crédito para essas pessoas.

LUSIMAR ARRUDA – Deputada, eu não poderia sair daqui hoje sem reconhecer o trabalho que a senhora fez nesse período. É emocionante porque, quando aqueles que representamos sofreram a perda, vocês sabem que nós, como sindicatos, poderíamos não nos sentir obrigados a estar aqui até esse horário, como ficamos na primeira audiência, que se estendeu até meia-noite. Nós poderíamos ter poupado o governo, como muitos fazem; poderíamos não ter buscado uma alternativa, mas a senhora a criou.

A Silene me conhece, o Dataniel está colaborando. Você sabe, Silene, como eu cobro, à noite e até de madrugada! São 16 anos de sindicato, deputada. Todos estão lhe vendo agora nos grupos, porque nós passamos o vídeo, e eu tenho certeza de que todos estão aliviados. Imagina um servidor da saúde, em um hospital, tratando de um paciente sem ter certeza do que vai ter em casa para comer. É essa a situação dos servidores.

O que mais chama atenção quanto ao crédito da PaSUS é que, quando nós sofremos a ação de inconstitucionalidade, o governador sancionou a LDO e LOA com crédito, ou seja, ainda há R\$17.500.000,00 do nosso crédito orçamentário sem ser utilizado. Se eles revertissem isso aos servidores, nós teríamos condições de quitar as dívidas do BRB, mas eles preferiram que nós ficassemos aqui nesse embate, nos jogaram para o BRB.

Eu quero dizer, senhor presidente, que, quando eu cheguei aqui na primeira vez, eu não percebia que o BRB era o banco dos cidadãos e cidadãs de Brasília. Não senti isso. O projeto, a lei que foi publicada, foi de autoria desta casa, impondo os 40% de limite. O que que eu falei naquela época? Isso deveria ser uma atitude do banco, já que ele é de Brasília. Hoje eu saio daqui com uma concepção diferente, de um banco humano.

Eu acho que, a partir de agora, finalmente – eu falo isto para todos os cidadãos e cidadãs de Brasília –, nós temos um banco nosso, por sua atitude, deputada. Eu tenho 16 anos de sindicato e queria dar uma sugestão à senhora – quem sou eu –: mantenha-se assim, transformando tempo em aliado. Há parlamentares que prometem para nós e depois não nos atendem mais; tiram foto, chamam todo mundo e não continuam conosco na luta.

Eu não precisei cobrar muito. Aliás, eu cobrei do deputado Max Maciel. Digam a ele que ele vai para o céu, porque eu passei muitos dias. Olhem o tempo em que a senhora nos deu a resposta. É isso o que queremos de um parlamentar. A senhora é uma leoa com eles, mas é uma simplicidade conosco. (Palmas.) É uma simplicidade que nos emociona.

O senhor Antônio estava querendo tocar fogo no banco. Hoje eu acho que ele está com o extintor. Se ele se deu por satisfeito, toda a população do Distrito Federal que ele representa está se sentindo da mesma forma. Foi emocionante acompanhar o seu trabalho. Mantenha-se assim, porque, durante esses 16 anos, eu faço que nem a senhora. Se prometeu para mim e não cumpriu, na lápide do cemitério vai estar escrito: “morreu e não cumpriu”. Quem mandou prometer? Ai daquele que prometer para a deputada Paula Belmonte. A população vai estar com senhora para que essa promessa seja cumprida. A senhora não sabe o tamanho da conquista que a senhora obteve para aqueles que representamos e para toda a população do Distrito Federal. Mantenha-se assim, deputada, em nome de Deus.

Muito grato. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Amém. Muito grata. Que Deus nos abençoe sempre. Esta é a nossa função: ter empatia pela população e representá-la. Eu não estou fazendo mais nada do que a minha obrigação.

Eu vou concluir com a senhora. Vou passar a palavra para a senhora e, depois, vou concluir a nossa audiência.

MARIA DE LOURDES NOVAES – Meu nome é Maria de Lourdes Novaes, já estou aposentada, mas sou funcionária do Hospital de Base. Trabalhei durante 30 anos e servi o povo com alegria, com sorriso e feliz, porque eu estava ganhando o meu pão de cada dia. Criei 4 filhos, e esse aí é um deles. Jesus levou 1 e ficaram 3.

Em primeiro lugar, quero parabenizar a senhora deputada, o senhor diretor do BRB, os demais membros da mesa e as demais autoridades que aqui se encontram. Vocês são corajosos. A Bíblia diz que havia 10 leprosos, todos foram curados, mas só 1 voltou para agradecer. A mesma coisa eu digo agora: todos nós vamos receber os méritos, mas estou aqui para agradecer. Deputada, muito obrigada.

Senhor diretor do BRB, banco por onde recebo o meu pouco salário – mas é o que mereço –, de acordo com suas palavras, assim como a criança que olha para a mão da mãe pedindo a mamadeira, nós estamos também olhando para o senhor para pedir que nos ajude na nossa alimentação. Contamos com o senhor. Foi um prazer imenso conhecê-lo e uma honra conhecer vocês também e a senhora deputada, que está até passando mal, mas está nos aguentando e tolerando.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – De jeito nenhum. Essa é a minha obrigação.

MARIA DE LOURDES NOVAES – Eu estou com meus anos contados. Eu adquiri um câncer e sou aposentada por invalidez. Era para eu receber um salário integral, mas disseram que eu só podia receber proporcional. Eu ganho 70% do meu salário, são R\$1.500,00 – como o meu filho falou –, para a alimentação, para comprar remédio e para tocar a minha vida. Para acabar de completar, veio a covid, que quase me matou. Depois veio um problema no coração. Eu tenho um aparelho também no coração. O médico me deu 3 anos de vida. Eu já vivi 1. Quer dizer, pela medicina da Terra, eu tenho 2;

mas, no céu, eu ainda tenho a vida toda.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Amém. Com certeza.

MARIA DE LOURDES NOVAES – Senhores, eu quero agradecer ao senhor do BRB, ao nosso diretor do BRB. Que Jesus os abençoe!

A nossa deputada Paula Belmonte, uma mulher valente, guerreira, leoa – como ele diz. Em vez de V.Exa. estar no aconchego da sua casa, V.Exa. está aqui lutando por nós, lutando pelas pessoas.

O senhor também a mesma coisa, senhor gerente. Em vez de estar tranquilo também, alegrando-se com a sua família, o senhor está aqui batalhando por nós até esta hora, sem talvez até o seu café da tarde. Eu sou grata por isso, porque Jesus colocou vocês no nosso caminho.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Amém!

MARIA DE LOURDES NOVAES – No caminho dos endividados e dos sofrendores, porque os endividados sofrem... Quando chega o fim do mês, o sofrimento é maior, porque o salário não dá. Eu estou muito grata a Deus e ao meu banco BRB – há 30 anos eu recebo por lá. Sei que agora, com Deus na frente e o senhor atrás, vocês vão melhorar a vida dos endividados, dos quais estou no meio.

Que Jesus abençoe vocês todos! Que Jesus cuide de vocês e que dê orientação e sabedoria para que vocês possam cuidar de nós, humanos. Que Jesus abençoe vocês. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Obrigada, dona Maria.

MARIA DE LOURDES NOVAES – Jesus vai curá-la dessa doença – ouviu? Isso não é nada para Deus. Receba a vitória em nome de Jesus.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu recebo. Grata, dona Maria, nome bonito. Que Deus abençoe a senhora também com saúde, com esperança, com essa alegria que, mesmo a senhora passando por essa situação, a senhora nos transmitiu. Muito grata.

Eu quero passar a palavra ao presidente, para que ele possa concluir.

Antes de concluir – o meu WhatsApp não está parando –, eu recebi uma mensagem sobre a questão do provisionamento: “Deputada, sugiro que enfatize a resposta sobre o provisionamento nas contas de salário. Ainda temos muitos servidores nessa situação.” Ela mostra um extrato zerado e pergunta – o senhor já falou, mas eu acho que é importante eu ressaltar – sobre o cancelamento da conta corrente, se o BRB irá respeitar a conta salário e não debitar nela.

É importante dizer que essa negociação toda – o senhor me corrija – está amarrada ao débito, mas existe uma resolução que determina que, se a pessoa não quiser fazer essa negociação, ela pode. Há uma resolução do Banco Central que determina que ela pode cancelar o débito, mas também há consequências. Tiram o cheque especial, tiram cartão – não é isso?

PAULO HENRIQUE COSTA – Aumenta taxa, juros...

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Tudo. Ela tem essa liberdade de fazer. É importante dizer que essas condições de juros e tudo é com débito. Está sendo colocado dessa maneira.

Porém, lembrando, eu sou uma grande defensora da liberdade, ninguém está aqui passando a mão na cabeça de devedor, mas as pessoas têm, inclusive, direito de não querer pagar. É isso o que nós defendemos, mas o direito de não pagar traz consequências. A consequência do aumento de juros na hora da negociação, a consequência de o empréstimo ficar maior.

Então, o que nós defendemos aqui é a liberdade do cidadão. Está demonstrado aqui... E que existe uma resolução sobre o direito ao cancelamento do débito. Mas, se aceitar o programa, se estiver no Crédito na Medida, tem que haver o débito.

É isso, presidente?

PAULO HENRIQUE COSTA – É isso, deputada.

São dois pontos. O primeiro deles, é em relação ao provisionamento. O provisionamento vai continuar acontecendo, respeitado o limite dos 40%. Existe previsão legal para o débito na conta salário e/ou na conta corrente, respeitados os limites de 40%, e também existe a previsão legal do pedido de cancelamento do débito, que é nosso dever atender.

Claro que, como já dissemos aqui, o programa envolve uma série de ações de alongamento de prazo, de redução de taxa de juros. Então, o cancelamento do débito faz com que as taxas de juros

voltem ao padrão de mercado, ao padrão de balcão e não à taxa diferenciada do programa.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu falei que a dona Maria seria a última a falar, mas há um jovem aqui, o Gilberto, e eu acho que é importante também darmos voz aos jovens. Vou passar a palavra para ele.

GILBERTO – Boa noite. O meu nome é Gilberto. Eu estou representando a minha mãe e os amigos dela. Existem algumas questões que não ficaram claras ainda, para mim, sobre o programa. Eu gostaria de saber se será como o programa anterior, em que a pessoa irá ficar 10, 20 anos sem o 13º, e se irá precisar de avalista.

PAULO HENRIQUE COSTA – Gilberto, obrigado pela pergunta.

O programa foi construído em cima de pagamentos mensais, ou seja, observados os 40%. Então, ele não vai envolver o débito do 13º e não precisa de avalista.

GILBERTO – A última pergunta é se é aceitável o SAC – a Ouvidoria – demorar 2 meses para dar uma resposta.

PAULO HENRIQUE COSTA – Não é esse o prazo usual do atendimento.

Então, se houve um atraso na resposta, precisamos olhar e entender o porquê.

GILBERTO – Eu gostaria de saber também se é preciso avalista para fazer a suspensão dos descontos, com a Norma nº 4.790.

PAULO HENRIQUE COSTA – Não precisa de avalista. Ou seja, o pedido do cancelamento do débito é faculdade do devedor, do cliente, que pede e o banco atende.

GILBERTO – A Ouvidoria falou isso neste mês. E a Ouvidoria é a última instância, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O que está acontecendo aqui é que estamos fazendo um pacto, e esse pacto tem regras a partir de agora.

Então, aconteceram coisas e cada caso será discutido. Mas o importante é que está sendo registrado o seguinte: não precisa de avalista; não será descontado o 13º; não será descontado um valor maior que 40%. Esse é o pacto que está sendo feito aqui, perante esta casa legislativa, e nós vamos cobrar esses acordos.

GILBERTO – Certo.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – O que aconteceu, eu vejo que tem que ser reavaliado.

GILBERTO – Tem a palavra do presidente, a quem agradeço por comparecer. Agradeço também à deputada Paula Belmonte a oportunidade.

É isso. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Obrigada, Gilberto.

É importante dizer que há o SAC do banco, para reclamação, e há a Ouvidoria.

Eu irei atender a mais essa senhora e não irei atender a mais ninguém. Vocês me desculpem, porque realmente eu estou chegando...

Qual é o nome da senhora? (Pausa.) Luciene. (Pausa.)

Bom, então, é mais um caso que... Nós temos aqui o gerente, para que a senhora possa se identificar. O diretor está cuidando. Já estamos resolvidos, e é importante dizer o seguinte: estou aqui do lado de pessoas que construíram isso conosco. Eu quero que, a partir daqui, seja... Na realidade, não a partir daqui, mas desde o dia em que o programa foi instalado, dia 4. Houve adaptações aí? Houve e nós estamos escutando, mas o compromisso é o que está sendo falado aqui. Então, será um divisor de águas em relação a tudo o que já aconteceu.

Pode falar, presidente.

PAULO HENRIQUE COSTA – Deputada, eu quero agradecer a oportunidade de vir a esta casa. Como falamos no início, a casa do povo, a casa que tem legitimidade para conduzir essas demandas. Já parabenizamos a defensoria e o Executivo pelo envolvimento. Também parabenizamos os representantes dos servidores. Eu acho que este é um momento especial, que marca um novo início dessa relação com os superendividados. O programa que está sendo trazido aqui reflete um esforço conjunto de todos, com redução de taxa de juros, alongamento de prazo, condição especial de

atendimento. Acho que todos no BRB estão realmente imbuídos de fazer o programa dar certo.

Obrigado pelo engajamento, pelo envolvimento da senhora; de toda a Comissão de Fiscalização; do presidente, deputado Wellington Luiz; e dos demais deputados, especialmente do deputado Roosevelt, que construiu isso e que é o autor da lei.

Eu acho que agora a nossa missão é fazer acontecer, é entregar, é operacionalizar e acompanhar os resultados que vamos alcançar nesse programa. Na quarta-feira, às 8 horas e 30 minutos, esperamos para o nosso ponto de controle, no BRB.

Até logo. Boa noite a todos e a todas.

Obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA PAULA BELMONTE) – Eu quero registrar que a Comissão de Fiscalização e Transparência, junto com seus parlamentares; junto com a sociedade civil, que está aqui; junto com a defensoria; junto com a Casa Civil, acompanharemos a evolução disso.

Lembro que um programa dessa magnitude... Nós estamos falando de muita informação, e esperamos que o banco, o mais rápido possível, faça essa videoconferência com os gerentes. Estou muito feliz e muito agradecida. Eu me emocionei com muitos depoimentos aqui, porque sentimos o que é, às vezes, não receber um salário. Mas estaremos firmes, fiscalizando, para que isso aconteça. Fica aqui o nosso compromisso de fiscalização.

Eu falei para o presidente que eu vou colocar... Ninguém vai ver meu cabelo rosa. Eu mesma quero ir com alguém, se houver alguma reclamação, à agência, para constatar o bom atendimento a partir de agora. Já houve. Não podemos negar que não era o comportamento de alguns gerentes. Que possamos mudar. Fica aqui o nosso registro.

Agradeço às autoridades e aos demais convidados as presenças que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária, que originou esta comissão geral, às 20h15min.

(Levanta-se a sessão às 20h15min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

Abrase – Associação Brasileira de Apoio aos Servidores Endividados
Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade
Aspses – Associação dos Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Bacen – Banco Central do Brasil
BRB – Banco de Brasília
Cabs – Caixa de Assistência e Benefícios aos Servidores do Governo do Distrito Federal
CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CET – Custo Efetivo Total
Ciap – Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente
Copom – Centro de Operações Policiais Militares
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPP – Crédito Pessoal Pré-fixado
GDF – Governo do Distrito Federal
INAS – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal
Iprev – Instituto de Previdência dos Servidores
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MDL-SUS – Movimento em Defesa dos Laboratórios do Sistema Único de Saúde
PaSUS – Parcela Autônoma de Integração ao Sistema Único de Saúde do Distrito Federal
PMDf – Polícia Militar do Distrito Federal
Procon – Instituto de Defesa do Consumidor
R2 – Militar da Reserva não Remunerada
RMC – Reserva de Margem Consignável
SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor
Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

Sindprev – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Distrito Federal
Sindsep – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal
TPD – Trabalho em Período Definido

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 12/12/2023, às 17:55, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1473226** Código CRC: **BC662319**.

Ata Sucinta da 27ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA SUCINTA DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wellington Luiz
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 14 horas e 59 minutos
TÉRMINO: 15 horas e 3 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)
– Declara aberta a sessão.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)
– Comunica que, em atendimento ao Ato da Presidente nº 591, de 2023, publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 252, de 28 de novembro de 2023, será realizada a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Permanente de Produção Rural e Abastecimento.

3 ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

- Candidatos:
 - Presidente: Deputado Pepa
 - Vice-presidente: Deputado Iolando
- Resultado: **ELEITOS**, por votação em processo nominal, com 4 votos favoráveis. Houve 1 ausência.
- O presidente da sessão, Deputado Wellington Luiz, declara instalada a Comissão de Produção Rural e Abastecimento e empossados nos respectivos cargos os parlamentares eleitos.